

## **A década das multilatinas**

### **Hoje existem 100 empresas da AL que operam internacionalmente.**

As multinacionais da América Latina estão de novo com apetite para expandir-se fora de suas fronteiras. Embora em 2009, assim como muitas outras empresas, tenham reduzido os investimentos internacionais, em 2010 os números chegaram a patamares inéditos. Às multilatinas do Brasil e México agora se somam as do Chile, Colômbia e Peru. A geografia dos investimentos também está variando. Ao longo da década de 2000, as multinacionais brasileiras mostraram-se particularmente ativas. Hoje, as 30 principais multilatinas brasileiras possuem cerca de US\$ 90 bilhões de ativos no exterior e empregam cerca de 200 mil pessoas em outros países. Essa internacionalização ainda está em fase inicial: no fim de 2009, apenas nove empresas contavam com ativos internacionais superiores a US\$ 1 bilhão e outras dez, com mais de US\$ 100 milhões. O estoque total de investimentos diretos no exterior por parte das multinacionais brasileiras estava em cerca de US\$ 160 bilhões no fim de 2009, o que coloca o gigante brasileiro como sétimo maior investidor no exterior entre as economias emergentes. Nesse ano, as aquisições no exterior secaram, depois do recorde de US\$ 20 milhões registrado em 2008.

Por sua vez, as multilatinas mexicanas também foram bastante ativas na década passada. O estoque de investimentos estrangeiros das 20 principais somou US\$ 117 bilhões de ativos internacionais e cerca de 230 mil funcionários fora do México. As três primeiras, Cemex, América Móvil e Carso Global Telecom, controlam US\$ 86 bilhões desses ativos, o que representa 73% do total. Em 2009, apesar do colapso econômico, os investimentos no exterior não pararam, somando cerca de US\$ 7,6 bilhões. Essa resistência se explica em grande parte pela atividade de duas empresas (Bimbo e Grupo México), responsáveis por quase 70% desse total. Em 2010, os investimentos se recuperaram: só na América Latina, as empresas mexicanas investiram mais de US\$ 42,2 bilhões, com muitas delas instalando-se em países emergentes da região. O México investiu no Peru mais de US\$ 3,6 bilhões, acima dos US\$ 3,5 bilhões investidos no Chile. O principal destino dos investimentos mexicanos foi o Brasil (US\$ 21 bilhões), seguido por Colômbia (US\$ 5 bilhões). No fim de 2010, os grupos voltaram a investir com força, como o Bimbo, que comprou a divisão de pães industriais da Sara Lee, dos Estados Unidos por quase US\$ 1 bilhão.

As multilatinas chilenas também se mostraram particularmente ativas, mesmo em 2009, ano de colapso dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nesse ano, as multilatinas chilenas promoveram aquisições no valor total de US\$ 8 bilhões. Em 2010, o volume superou os US\$ 5 bilhões, levando o estoque acumulado de investimentos externos diretos (IED) do Chile no exterior a mais de US\$ 50 bilhões. De fato, o ano de 2010 viu o nascimento de um gigante na aviação mundial, com a fusão entre a chilena LAN e a brasileira TAM. Por sua parte, a Sonda, maior empresa de tecnologia da região adquiriu apenas em 2010 três empresas, duas delas no Brasil (Telsinc e Softeam), além da empresa mexicana NextiraOne México S.A.

A esses países também se somaram o Peru e Colômbia. O grupo Santo Domingo é hoje em dia um dos principais acionistas da SABMiller, uma das maiores cervejarias do mundo, de origem inglesa e sul-africana. No Peru, se destacam os grupos Romero, Brescia e Añaños. Na Colômbia esse caminho é seguido por empresas como Cements Argos, Grupo Nacional de Chocolates (GNC), Organización Terpel e Saludcoop. Em 2010, as empresas colombianas totalizaram aquisições superiores a US\$ 3 bilhões, cifra abaixo do recorde do ano de 2005 (US\$ 4,6 bilhões), mas significativa do processo de internacionalização desempenhado pelos grupos colombianos, liderados pelo Banco de Bogotá (que em 2010 realizou a maior compra na história de uma empresa colombiana no exterior, mais especificamente na América Central), Empresas Públicas de Medellín e ISA. >>>

## A década das multilatinas (cont.)

### O fenômeno das multilatinas está em aceleração.

De acordo com o Boston Consulting Group (BCG), já há cem multilatinas, com sede em oito países latino-americanos, que operam internacionalmente e lucram pelo menos US\$ 500 milhões. O Brasil tem 34 empresas nesse grupo, à frente do México (28) e Chile (21). A seguir, relativamente longe, estão Argentina (7), Colômbia (5) e Peru (3). Por enquanto, esse grupo de multilatinas concentra sua atividade internacional no continente americano, com 110 presenças internacionais na região e 51 nos Estados Unidos. Agora também há outros continentes, particularmente a Europa (33 implantações) e Ásia (28). Também começam a aparecer novos destinos, como o continente africano (12, a grande maioria de grupos brasileiros).

Não será surpresa, diante de tal dinâmica, que vejamos em breve algumas dessas multinacionais irromperem com força na Espanha e outros países europeus. Isso poderia constituir uma oportunidade em particular para a Espanha, que poderia se transformar na plataforma de entrada na Europa para algumas dessas multilatinas. Por enquanto, estão aterrissando com matrizes europeias em Lisboa, Londres ou Paris. Por que não imaginar, no entanto, que, assim como a mexicana Cemex ou as brasileiras Alpargatas e Gerdau, agora não instalem suas matrizes europeias em Madri, Barcelona ou Bilbao?

Javier Santiso é professor de economia na escola de administração Esade e diretor do Centro de Economia e Geopolítica Global da Esade (*Javier Santiso*) (*Valor Económico*, 18.07.2011)

### Paraguay: Abusos de derechos humanos

Naciones Unidas confirman adhesión al Pacto Mundial de empresa violadora de los derechos humanos

"El buque insignia de las Naciones Unidas (ONU) en materia de negocios está siendo utilizado para encubrir abusos de derechos humanos", es lo que denuncia la nota de prensa de la organización Survival Internacional, divulgada hoy (5). La afirmación se refiere a la inclusión de la empresa brasileña 'Yaguareté Porá', del sector de ganadería, en **el Pacto Mundial de las Naciones Unidas**.

El Pacto fue planteado a las empresas que se "comprometen a alinear sus estrategias y operaciones con diez principios universalmente aceptados en cuatro áreas temáticas: derechos humanos, estándares laborales, medio ambiente y anti-corrupción", de acuerdo con el texto de presentación de la ONU.

La empresa ganadera, a su vez, fue acusada y multada por cortar ilegalmente los bosques de los pueblos indígenas 'ayoreo'. De acuerdo con la Secretaría del Ambiente de Paraguay (Seam), que determinó la multa, la empresa "ocultó datos esenciales sobre la existencia de indígenas dentro de la propiedad en proceso licenciatario", señala la nota en el sitio web de Survival Internacional.



Por lo expuesto, los indígenas piden la expulsión de la Yaguareté Porá del Pacto Mundial. Líderes de ese pueblo escribieron al Pacto Mundial de Naciones Unidas, donde expresaron su "preocupación y frustración" ante ese hecho. Pero la respuesta fue que el Pacto Mundial no tiene "ni los recursos ni la potestad para investigar a ninguno de sus integrantes", de acuerdo con nota de prensa de la organización.

Algunos de los pueblos ayoreo, que son compuestos por subgrupos diferentes, todavía siguen ocultos en el bosque. "Sin embargo, su tierra está siendo rápidamente destruida para dejar paso a las haciendas ganaderas", señala Survival Internacional. Cerca de 78.549 hectáreas de tierra de los totobiegosode, subgrupo ayoreo más aislado, está en posesión de la Yaguareté Porá.

Para el director de Survival, Stephen Corry, la adhesión de la empresa ganadera "es una burla al Pacto Mundial de Naciones Unidas". La empresa, inclusive, ya ha promocionado su inclusión por medio de su sitio web, creando "una imagen falsa de su responsabilidad corporativa", señala la nota de prensa. "Si la ONU no se asegura de que las empresas que exhiben sus logotipos cumplen las reglas, este tipo de iniciativas pierden todo su significado", instó el director a la ONU.

Los pueblos ayoreos son uno de los últimos pueblos indígenas aislados de América Latina. Desde 1993 intentan obtener el título de propiedad de sus tierras. Con el avance de la ganadería, muchos miembros de esta etnia fueron obligados a abandonar sus viviendas. La empresa brasileña Yaguareté Porá es la principal responsable por la destrucción de los bosques.

Según Survival, la empresa se hace la sorda ante los reclamos. Los indígenas denuncian la dificultad en negociar con la empresa ganadera para haga justicia, reconociendo los derechos de posesión de las tierras que tienen los indígenas. Solo en 2009, cerca de 3 mil hectáreas de tierra fueron destruidas por Yaguareté. (Camila Maciel) (Adital, 05.07.2011). Para más informaciones: <http://www.survival.es>

## Trabajadores de Starbucks Chile recurrirán a la OIT

Sindicato de empleados en huelga rebajó de 25 a 4 las demandas que piden a la empresa: pago de colaciones, uniformes, fin a discriminación salarial para sucursales periféricas y aumento de sueldo. Viernes 29 de julio de 2011 | por Roberto Valencia / Nacion.cl

El sindicato de trabajadores de la cadena de cafeterías Starbucks denunciará a la empresa a la Organización Internacional del Trabajo (OIT) "para que este organismo internacional ejerza sus atribuciones ante las violaciones de los Convenios 87 y 98 suscritos por Chile".



Así lo señaló el presidente de los empleados, Andrés Giordano, pues explicó que la empresa transnacional usa prácticas antisindicales y viola el derecho a la negociación colectiva.

El miércoles pasado los trabajadores también se dirigieron al Ministerio del Trabajo para denunciar la situación que viven, especialmente por los 3 dirigentes sindicales que están en huelga de hambre hace 6 días.

"Starbucks Coffee está vulnerando nuestra legislación laboral por sus reiterativas prácticas que buscan desarticular nuestra organización sindical y el proceso de negociación colectiva".

### DEMANDAS

Frente al local de la cafetería ubicado en el barrio El Golf, Giordano afirmó que los problemas laborales afectan a trabajadores chilenos, peruanos, venezolanos, argentinos y mexicanos.

**Miguel Cartagena**, secretario del Sindicato de Trabajadores de la empresa reiteró que las demandas apuntan a que la empresa pague colaciones, uniformes, además de mejoras salariales y el fin de sueldos menores para los empleados de sucursales periféricas.

"Desde la llegada a Chile de esta empresa los salarios base se mantienen congelados a pesar de la evidente desvalorización de nuestra moneda. En todo caso, resaltamos que nuestras iniciales peticiones eran 25 y con el propósito de llegar a algún acuerdo con Starbucks, las hemos reducido a las 4 antes mencionadas", dijo Cartagena..

"Solicitamos que la gerencia de Starbucks reconsidere sus políticas para forjar un acuerdo que ponga fin al conflicto de forma conciliadora. Asimismo, le hacemos un urgente llamado a las autoridades chilenas para que ejerzan sus facultades legales en resguardo de sus connacionales atropellados por una empresa extranjera", agregó.

Esta empresa en Chile tiene 31 locales en diferentes sectores y regiones y opera en 50 países con más de 17.000 tiendas.

### GANANCIAS

Mientras los trabajadores de la cadena planteaban sus demandas laborales, ayer viernes la matriz de la empresa estadounidense informó que obtuvo beneficios de US\$ 279 millones al tercer trimestre del año pasado. La cifra de negocio se situó en US\$ 2.932 millones de dólares, debido a un alza de 205 a nivel internacional.

La compañía de Seattle proyectó un aumento de 10% en las ventas, debido a la apertura de 600 nuevos establecimientos, de los que aproximadamente un centenar corresponderá a EEUU y otros 500 al mercado internacional. (*Nación, CL – 27.07.2011*)

## Uruguay: UNTMRA reclamo la aprobacion de convenio 176

### Denuncian condiciones de "esclavitud" en minas

Integrantes del Comité de Base del Sector Minero del gremio metalúrgico, reclamaron prestar especial atención a las minas a cielo abierto en Artigas, donde se trabaja en "condiciones de esclavitud", y reclamaron la aprobación del Convenio 176 de la OIT.

Explotación minera. Recurren a trabajadores extranjeros para las tareas subterráneas. Manuel López, integrante de la Dirección Nacional de la Unión Nacional de Trabajadores del Metal y Ramas Afines (Untmra) destacó en la Comisión de Legislación de Diputados, que el tema minero ha cobrado relevancia desde el anuncio del proyecto de Aratirí, y reclamó que el tema se aborde integralmente.

Sobre la minería el dirigente sindical dijo que "se trata de una de las riquezas del país que no tiene la atención que debería y que lo potenciaría en la región" y denunció que en explotaciones mineras en Artigas la producción está saliendo por la frontera brasileña.

Denunció que en la explotación del oro se trabaja a cielo abierto pero ya están cavando túneles, por lo que recurren a trabajadores extranjeros.

López denunció que en la mina de oro de Orosur Mining, hay muchos trabajadores chilenos desarrollando la tarea de minería subterránea, y en Artigas hay muchos trabajadores brasileños en la propia industria.

Denunció que en las minas a cielo abierto de piedras semipreciosas y preciosas hay persecución sindical, por lo que los sindicalista tuvieron que disfrazarse para tomar fotografías de las condiciones de trabajo.

"Tenemos fotos que muestran las condiciones en que se trabaja; allí se puede ver que los trabajadores están, disculpen la expresión 'en patas', sin mascarilla, y rodeados de la arenilla que surge de las explosiones que se realizan para la extracción de la piedra preciosa. Esos compañeros trabajan sin ropa ni equipamiento de seguridad". Por otra parte, José Travieso, del Comité de Base de la Untmra en Loryser, que pertenece al Grupo Orosur Mining, recordó que Uruguay no ha ratificado el Convenio 176 de la OIT relativo a la minería en general, y reclamó del gobierno su aprobación porque refiere a las condiciones de trabajo y de seguridad para los mineros. Sobre las minas subterráneas, dijo que solo el 1% de los trabajadores son uruguayos, el resto en su mayoría, son chilenos o peruanos.

Travieso defendió el derecho al trabajo de los extranjeros, pero reclamó por las condiciones laborales. "Si bien la reglamentación y las condiciones de seguridad de la empresa "son buenas", no lo son tanto cuando los trabajadores trabajan veinticuatro días en jornadas de doce horas, con diez días de descanso". "Lo más preocupante, como decían algunos trabajadores chilenos, es la cantidad de horas y de días dentro de la mina".

José Travieso (Untmra). "Hace catorce o quince años que estamos trabajando en la minería a cielo abierto solo en Minas de Corrales. En Sierra Mahoma llevamos veinte años trabajando y en Colonia más todavía, y seguimos con algunas cosas en el tapete. Nos parece que se ha demorado demasiado la reglamentación de las leyes y convenios internacionales, sobre todo en lo que refiere a minería". (*La Republica*, 29.07.2011)

### Sin fecha definida, PIT-CNT prepara paro general parcial

El 22 o el 23 de agosto sería fijado por el PIT-CNT como el día de realización del primer paro general parcial contra el gobierno en este 2011. El 28 llegará a Uruguay una misión de la OIT.

No hay aún fecha definida para esta movilización que estriba en una plataforma reivindicativa "que tiene fundamentalmente reclamos laborales, necesidades más cercanas a la gente" defendió anoche ante LA REPÚBLICA el veterano dirigente Richard Read. Por la aprobación de la Ley de Abreviación de los juicios laborales, por la Ley de Negociación Colectiva tanto para públicos como para privados, por una Rendición de Cuentas que contemple las aspiraciones de mejoras salariales del funcionariado público, por una ley que evite la prescripción de los casos de los desaparecidos son algunos de los puntos de la plataforma que impulsará la primer movilización general contra la administración Mujica en este 2011. (*La Republica*, 29.07.2011)

## Política antisindical de Deutsche Telekom en los EE.UU.

**El informe sobre responsabilidad social de Deutsche Telekom oculta la política antisindical de la empresa en los EE.UU.**

El informe anual sobre responsabilidad social corporativa de Deutsche Telekom, publicado ayer, oculta la verdad sobre la agresiva campaña antisindical que está llevando a cabo en su filial T-Mobile EE.UU., demoliendo así su pretendido liderazgo en el ámbito de la responsabilidad social. El informe menciona el compromiso de Deutsche Telekom con las normas de la OIT, la OCDE y del Pacto Mundial de la ONU, pero excluye toda referencia a los problemas que enfrentan sus numerosos trabajadores de EE.UU. a quienes la empresa está haciendo todo lo posible para impedirles toda afiliación sindical.



"Alemania ha sido una voz poderosa en favor de las normas de la OIT en el G20 y en otros lugares, pero tenemos una empresa en la que el Gobierno alemán es el accionista mayoritario y que está violando activa y deliberadamente estos mismos derechos en las actividades que realiza en el extranjero", afirmó la Secretaria General de la CSI Sharan Burrow.

La dirección de T-Mobile EE.UU., con el respaldo de su empresa matriz alemana, ha contratado a abogados especializados en prácticas antisindicales para bloquear los intentos de los trabajadores y trabajadoras de ser representados por el sindicato CWA (Communication Workers of America). El sitio web de una de estas firmas de abogados anuncia abiertamente que se especializa en "evitar toda actividad sindical", citando a T-Mobile como un "cliente al que representa con frecuencia".

La empresa ha puesto en marcha una serie de tácticas legales para aplazar y frustrar los procesos electorales en el Consejo Nacional de Relaciones Laborales de EE.UU., en lugar de aceptar simplemente el deseo de los trabajadores de ser representados por un sindicato, tal como lo permite la ley estadounidense. Asimismo, últimamente se ha hecho asistir a grupos de trabajadores en calidad de "público cautivo" a reuniones organizadas por la dirección (las más recientes se celebraron en Connecticut y Nueva York) para convencerlos de que cambien su decisión de afiliarse al sindicato. Hasta la fecha, los esfuerzos del CWA para conseguir que la dirección de T-Mobile desista de su campaña antisindical no han tenido éxito, ni tampoco lo han tenido las conversaciones entabladas con la empresa matriz alemana.

"Yo estaba con los trabajadores de T-Mobile EE.UU. en Long Island cuando firmaron sus tarjetas de miembros sindicales", señaló el **Secretario General de UNI, Philip Jennings**. "Si estos trabajadores hubieran estado en Alemania, su afiliación sindical habría sido automática, pero la dirección de T-Mobile EE.UU. ha lanzado una feroz campaña de intimidación para mantener sus lugares de trabajo sin organización sindical y atemorizar a los trabajadores para evitar que luchen por sus derechos."

En los EE.UU., la representación sindical queda establecida solamente cuando la mayoría de los trabajadores de un determinado lugar de trabajo indican que la desean. Las empresas pueden reconocer voluntariamente al sindicato, o insistir en celebrar una votación secreta supervisada por el Consejo Nacional de Relaciones Laborales. Este Consejo ha anunciado recientemente sus planes para simplificar los procedimientos, precisamente para evitar el tipo de tácticas utilizadas por T-Mobile.

"T-Mobile está utilizando maniobras legales para aplazar una votación de reconocimiento sindical con el fin de dar tiempo a sus expertos antisindicales para que atemorizen a los trabajadores y hacer que opten por no participar en el sindicato. Deutsche Telekom tiene un historial decente en lo que se refiere a los derechos sindicales en Alemania, pero ha optado por apoyar la franca violación de las normas internacionales relativas a la libertad sindical de su filial en EE.UU. Esperamos más de un protagonista mundial tan importante", aseveró Sharan Burrow.

UNI, la federación sindical internacional de los trabajadores y trabajadoras en el sector terciario privado, y la CSI se han unido con el CWA, el sindicato alemán ver.di y los demás sindicatos del mundo que representan a trabajadores de T-Mobile para garantizar que la empresa matriz Deutsche Telekom respete los derechos de los trabajadores en todos los lugares donde opera. *(CSI En línea, 05.07.2011)*

Para más información, consulte: [www.weexpectbetter.org](http://www.weexpectbetter.org)

## Colombia: Gobierno favorece a las multinacionales

En el conflicto de Puerto Gaitán, el gobierno persiste en favorecer a las multinacionales

**Por Tarsicio Mora Godoy y Domingo Tovar Arrieta, Presidente y Secretario General**

Desde el 20 de junio del presente año, 1.100 obreros al servicio de la multinacional española CEPCOLSA-CEPSA que explota los yacimientos de Caracara, Jaguar y Toro Sentado, en el Municipio de Puerto Gaitán, Departamento del Meta, se declararon en asamblea permanente para reclamar mejoras en sus condiciones salariales y de trabajo. En esta explotación se producen 20.000 barriles diarios de crudo, 30% de Ecopetrol y 70% de la multinacional. A los justos reclamos de los trabajadores afiliados a la USO, el contratista Montajes JM S.A respondió con el inmediato despido de los 1.100 huelguistas, quienes en lugar de desistir de sus reclamaciones han permanecido en los campos petroleros exigiendo solución, a pesar de la brutal represión desatada por el Esmad y el Ejército.

Ayer lunes 18 de junio la USO, la CUT, los delegados de los huelguistas y representantes de la gobernación y la alcaldía, concurren a la reunión para buscar una salida a este conflicto laboral. Después de más de cinco horas de negociaciones se llegó a un acuerdo que ponía fin al paro en Puerto Gaitán. Pero minutos después llegó el Ministro de Minas y Energía, Carlos Rodado Noriega, quién exigió que se terminara con una protesta que iniciaron más de 7.000 trabajadores de la explotación de Pacific Rubiales, en el Municipio de Puerto López (Meta) y quienes están reclamando otras reivindicaciones. La reunión se levanta sin acuerdo alguno. Este yacimiento produce 200.000 barriles diarios, 60% de Ecopetrol y 40% de los privados.

Las imposiciones del Ministro llevó a la ruptura de la Mesa de diálogo. Al medio día de hoy martes, la multinacional CEPSA aceptó el acuerdo y por otra parte los directivos de Pacific Rubiales accedieron al establecimiento de una Mesa de negociaciones para tratar la problemática de estos compañeros.

Ha sido notorio el tratamiento represivo de estos conflictos laborales, al punto que han resultado varios trabajadores heridos, mientras la preocupación del gobierno nacional está dirigida a resguardar los intereses de esas multinacionales. Contrario a la actitud del gobernador, los alcaldes y los representantes de la comunidad que han abogado por el diálogo y la solución de los conflictos. Invitamos a las organizaciones hermanas y a la opinión pública a mantener la atención sobre el desarrollo de los conflictos. *(CUT, Bogotá) (Rebanadas de Realidad, 19.07.2011)*

Más: **Dura crítica del vicepresidente a contratistas petroleros en Puerto Gaitán, Meta**

**Carta al vicepresidente de Colombia por el conflicto de los trabajadores petroleros de Puerto Gaitán - Por Manfred Warda, Secretario General de la ICEM**

## Conflicto laboral y social en Puerto Gaitán. Informe especial

La explotación laboral y el abuso de las multinacionales petroleras y sus empresas contratistas, por un lado; y el abandono e indolencia del Estado, por el otro, son en resumen los motivos que están de fondo en las protestas sociales y laborales que hoy sacuden a Puerto Gaitán en el departamento del Meta.

Este conflicto hoy se encuentra en pleno desarrollo y se buscan fórmulas de solución, luego de la violenta arremetida de la fuerza pública contra los manifestantes, que no son solo los trabajadores sino también la población en general, afectada por la operación de las multinacionales y sus políticas laborales y ambientales.

Presentamos un completo informe sobre este conflicto, que va más allá de Puerto Gaitán, porque desnuda la cuestionable forma como las multinacionales petroleras están operando en Colombia, en connivencia con Ecopetrol. Como dato interesante se reseña la masiva afiliación de trabajadores contratistas a la USO en Puerto Gaitán: 4.000 en los últimos dos días.

Agencia de Información Laboral ENS **Conflicto laboral y social en Puerto Gaitán. Informe especial**

## **Puerto Gaitán: La marcha sindical ya está en campo Rubiales**

**Union Sindical Obrera de la Industria del Petroleo (USO) - Afiliada a: FUNTRAENERGETICA y a la CUT**

Tras las dificultades que atraviesan los trabajadores al servicio de las empresas contratistas y sub contratistas en el área de Campo Rubiales por el desconocimiento de sus derechos laborales y sindicales, la Unión Sindical Obrera de la Industria del Petróleo U.S.O, atendió el llamado de los compañeros que laboran en esta zona del país y decidió desplazarse a esta localidad Ayer 18 de Julio de 2011, la comisión está conformada por los dirigentes nacionales Martin Ravelo, Ariel Corzo, Oscar García y el dirigente de la Subdirectiva Meta: Guillermo García, esta constatación se cumple en razón al urgente llamado de los trabajadores ante las graves violaciones de sus derechos fundamentales y el incumplimiento por parte de las empresas que operan en la región.

De igual manera se desarrollo en la Ciudad de Bogotá, a partir de las 10:00 a.m. los diálogos encabezados por la Vicepresidencia de la Republica, acompañados de la comunidad, Cepcolsa y la USO. Escenario en el cual se abordaron los temas relacionados con la definición de un salario petrolero nacional, reconocimiento de las actividades propias de la industria, indemnización de los contratos individuales de trabajo contraídos con Montajes JM; inclusión laboral e inversión social.

La intervención del Gobierno Nacional permitió avanzar en la discusión comprometiendo a la Multinacional Cepcolsa a indemnizar los contratos individuales de trabajo y priorizar estos mismos trabajadores en la nueva vinculación para reanudar labores; así como la construcción de unos espacios para avanzar en la agenda social; pero no se logro un acuerdo definitivo por cuanto el Gobierno solicito que se garantizara la normalidad laboral en Campo Rubiales; frente a lo cual la dirección sindical que acaba de hacer su arribo a rubiales, no puede ser irresponsable de comprometerse a una normalidad laboral en el Campo; sin que se hayan escuchado las peticiones de los trabajadores al servicio de Pacific Rubiales y sus empresas contratistas y subcontratistas; lo cual implicaría un desconocimiento a los actores principales que han padecido el maltrato y la humillación; desconociéndose a demás que tipo de reacción pueda suscitar ante los trabajadores cualquier iniciativa de esta índole.

Razón por la cual nuevamente gobierno y empresarios apelaron a la formula represiva, efectuando la movilización de tropa vía helicópteros y hoy a las 5:30 a.m. emprendieron la agresión contra los trabajadores y los dirigentes sindicales, lo cual suscito la reacción defensiva de los obreros, lo cual genero aun sin confirmar nombre una persona muerta y siete heridos, cuatro de ellos de gravedad, son YEISON VARGAS ALVAREZ, EULISES CARRILLO DUCURA, JOSE SAUL ROA, GAITAN PATIÑO. Y también la quema de varios vehículos.

En estos momentos los dirigentes sindicales de la USO con la presencia del Vicepresidente de PACIFIC RUBIALES ENERGY y un General del Ejército Colombiano; pactaron una tregua, que consiste en repliegue de las tropas por parte del aparato represivo del Estado, prestar asistencia a los heridos, restablecimiento del suministro de agua y luz eléctrica, suministro de alimentación a los trabajadores en cese de actividades; solicitando a cambio no avanzar hacia los frentes de trabajo de la empresa ODL, permitir la entrega y funcionamiento del carro de contraincendios y mantener la operación del Campo.

De igual manera desmentimos Públicamente que grupos armados ilegales como la guerrilla de las Farc estén detrás de las protestas que se realizan en Puerto Gaitán y Campo Rubiales y reafirmamos que es una protesta inminentemente laboral y que seguramente se agudizará porque se sumarán a los ocho mil trabajadores de Pacific Rubiales, los trabajadores y habitantes de Barranca de Upía, Apiay, Arauca y Monterrey.

Invocamos toda la solidaridad nacional e internacional con este movimiento que clama por una justa distribución de la riqueza y condiciones dignas y decentes para los trabajadores, y un bienestar sostenible para las comunidades donde hoy se explota el recurso natural no renovable petróleo.

**Solidaridad urgente con los trabajadores petroleros de Puerto Gaitán**

**ACTUE AHORA  
AJA AGORA**

**Enviar notas de protesta y exigencia a:**

Presidencia y Vicepresidencia de la República: [comunicacionesvp@presidencia.gov.co](mailto:comunicacionesvp@presidencia.gov.co)

Director del programa Presidencial de Derechos Humanos y Derecho Internacional Humanitario: [ppdh@presidencia.gov.co](mailto:ppdh@presidencia.gov.co)

Ministerio de la Protección Social: [msantamaria@minproteccionsocial.gov.co](mailto:msantamaria@minproteccionsocial.gov.co)

Ministerio del Interior y de Justicia: [german.cordoba@mij.gov.co](mailto:german.cordoba@mij.gov.co)

## Alianza Sindical Gas Natural Fenosa se reúne en Panamá

El objetivo fue analizar la venta de acciones de Gas Natural FENOSA, y definir acciones en el ámbito nacional y subregional para continuar trabajando en línea con el Plan Rompiendo Barreras

El Sector Electricidad de las Americas continua desarrollando el Plan Rompiendo Barreras, dando cumplimiento a su vez, al Proyecto UNI- LO/TCO 40059. Para ello, los días 23 y 24 de junio se reunió en Ciudad de Panamá la Alianza Sindical Gas Natural Fenosa.

Delegados y delegadas de sindicatos de Panamá, Colombia, Guatemala y Nicaragua se dieron cita en esta reunión para analizar la venta al grupo británico ACTIS de las acciones de las empresas de abastecimiento y distribución DEOCSA y DEORSA de Guatemala, ambas empresas del Grupo GAS NATURAL FENOSA.

Los trabajos de análisis se dividieron en grupos los cuales concluyeron con un plan de trabajo en el que los participantes se comprometieron, entre otras acciones a: trabajar a nivel nacional en temas como subcontratación, género, y el fomento las alianzas estratégicas con otras organizaciones sindicales del sector que no estén afiliadas a UNI; en el ámbito subregional se determinó realizar trabajos en red y a desarrollar una mejor interconexión con las organizaciones para mantener una mejor y más estrecha comunicación. Para cada una de estas líneas de trabajo, los delegados nombraron a una persona que se hará responsable de su seguimiento; a su vez, cada una de las organizaciones deberá presentar su informe al responsable de la comunicación, Cro. Danuil Gómez Padilla, Secretario Adjunto de SINTRELECOL, Colombia. Contacto: fernando.mcmaster@uniglobalunion.org (UNI, 14.07.2011)

## Brasil: Miembros de la FUP realizan huelgas en Petrobrás

Del 6 al 8 de julio, la **Federación Unida de Trabajadores Petroleros y del Gas de Brasil (FUP)**, organización afiliada a la ICEM, realizó, durante tres días, varios paros en determinados lugares de trabajo de la empresa del estado Petróleo Brasileiro, o Petrobrás. Las protestas expresaron la disconformidad del sindicato por el plan de reparto de beneficios de la empresa, y hubo trabajo lento en unos 65 lugares de trabajo.

La FUP quiere que se aumente el monto que se paga por reparto de beneficios, para que sea mayor que la actual y anticuada cifra de 12% que se estableció en 2008. El sindicato exige que se pague a los trabajadores un monto igual a los dividendos del 25% que se pagan a los accionistas de Petrobras. El año pasado, dicha empresa, que se encuentra entre las más grandes empresas del mundo productoras de petróleo y gas, obtuvo beneficios que aumentaron hasta alcanzar R\$35.2 billones, o US\$22.7 billones.

La FUP también exige que la empresa, que es 56% propiedad del estado, elimine las primas especiales que se pagan a los directores ejecutivos de la empresa.

Las huelgas comenzaron el día 6 de julio en 35 plataformas costa afuera, en la profunda Cuenca de Campos, cerca de la costa suroriental del Brasil, y al día siguiente se extendieron a los lugares de trabajo de exploración y producción en los estados norteños de Bahia y Ceará. El 7 de julio también se redujo la jornada de trabajo en la planta Cacimbas de producción de gas, en el estado de Espirito Santo, en el sureste del Brasil.

El 8 de julio, los miembros de la FUP atrasaron el inicio de su jornada de trabajo en los campos petrolíferos terrestres de Campo do Amaro y Rancho da Forquilha, en el estado nororiental de Rio Grande do Norte. Hubo también protestas laborales en varias de las 11 refinerías con que cuenta la empresa, en sus plantas de biodiesel y en sus oficinas administrativas.

Petrobrás es la mayor corporación del Brasil, es a nivel nacional el principal detallista de productos derivados del petróleo y basados en combustibles, y cuenta con filiales en 27 países. (ICEM, 18.07.2011)

## Rechazan a Vale en Sudáfrica

### El NUM logra impedir venta de Metorex

La semana pasada, la familia mundial de la ICEM felicitó al Sindicato Nacional de Mineros de Sudáfrica (NUM) por el triunfo que había logrado al impedir que el grupo minero brasileño Vale invierta en ese país y el inicio de sus operaciones en otras partes de la región. A raíz de la conducta antisindical de Vale en diferentes partes del mundo, y notoriamente contra los miembros del sindicato United Steelworkers (USW) de Canadá, Frans Baleni, Secretario General del NUM calificó esa compañía como "una de las principales explotadoras de trabajadores que existe en el mundo."

Desde hace mucho tiempo, Vale había querido adquirir Metorex, empresa de minería de metales básicos, que cotiza en la Bolsa de Valores de Johannesburgo. Dicha compañía tiene su sede en Sudáfrica, y cuenta con grandes operaciones en la minería del cobre y cobalto, y proyectos de crecimiento futuro en la República Democrática del Congo (RDC) y en Zambia.

Fue grato recibir la noticia, el día 12 de julio, por la cual se dice que Vale va a retirar su oferta para adquisición de Metorex, debido a la fuerte presión ejercida por el sindicato. Si la empresa multinacional hubiera insistido en su proyecto de adquisición, el NUM lo hubiera cuestionado ante la Comisión de Competición de Sudáfrica.

Jinchuan, empresa china que también había presentado una oferta de adquisición de Metorex, igualmente tiene antecedentes de malas relaciones laborales, y el NUM no la acoge con agrado. La derrota de Vale constituirá una fuerte advertencia para Jinchuan sobre la fuerza que tiene el NUM. Baleni le advirtió a Jinchuan que "si quiere establecerse en Sudáfrica, tendrá que actuar como actúan los sudafricanos."

Manfred Warda, Secretario General de la ICEM, felicitó a Baleni por el triunfo logrado, calificándolo como "otro ejemplo de la fuerza del sindicato predominante de Sudáfrica".

Jinchuan ha presentado una oferta de R 9.1 billones (€930 millones) por Metorex, y la junta de administración de la empresa ha recomendado que los accionistas acepten la oferta. (*ICEM InBrief*, 18.07.2011)

## Los propietarios de Eternit pueden ser condenados a 20 años de prisión

El fiscal solicitó en un tribunal de Turín 20 años de prisión para los propietarios y la alta dirección del Grupo multinacional Eternit, por causar deliberada y maliciosamente un desastre ecológico que provocó numerosas muertes a causa del asbesto.

El 4 de julio, en la audiencia de un tribunal de Turín, Stephan Schmidheiny, multimillonario suizo de 64 años, y Louis de Cartier de Marchienne, barón belga de 89 años, propietarios del Grupo Eternit, la compañía de cemento y asbesto con plantas en Europa, Africa y América del Sur, fueron acusados de no proteger intencionadamente a sus empleados y a los vecinos de la factoría, lo que causó miles de muertes provocadas por el asbesto.

Concretamente, los magnates del asbesto fueron acusados de un deliberado desastre ambiental, al contaminar y dispersar las mortíferas fibras de asbesto y no aplicar deliberadamente las medidas de precaución en el lugar de trabajo.

Los tres afiliados a la FITIM en Italia contribuyeron a la audiencia por medio de sus centros nacionales, CGIL, CISL y UIL, junto con la Asociación Italiana de Familiares de Víctimas del Asbesto (AFEVA). En una declaración conjunta, mostraron su confianza en que "la conclusión de este juicio (en otoño) será un acontecimiento histórico que nos permitirá conocer mejor la calidad del desarrollo económico e industrial, de manera que pueda hacerse justicia en nuestro país y fuera de él. Hemos esperado veinte años, lo mismo que quienes todavía han de luchar en tres cuartas partes del mundo donde se sigue extrayendo o utilizando asbesto, provocando nuevos centenares de miles de enfermedades y muertes de trabajadores y ciudadanos que siguen desconociendo en gran medida el peligro o son engañados judicialmente".

El texto de la [declaración conjunta en italiano](#) está disponible aquí (*FITIM*, 06.07.2011)

## Chile: Estafa planificada del sistema financiero

### 'El caso de La Polar es una estafa planificada del sistema financiero chileno'

Entrevista con el Secretario General de los Trabajadores Bancarios de Chile, Luis Mesina

El caso de la crisis de la gran tienda de venta al detalle La Polar, cuya forma de enriquecimiento primordial estaba asociada a la dotación de créditos a granel y a repactaciones truchas, sin que las conocieran los propios deudores, generó una burbuja crediticia o de la deuda que en la actualidad ocupa los titulares de todos los medios de comunicación. Como esos medios están controlados por los mismos y pocos dueños de todo, se puede deducir que, ante la incapacidad premeditada legal e institucional del Estado para regular al capital financiero especulativo, el Fisco emplea los medios para provocar una suerte de fuerte llamado de atención al sistema financiero en general con el objetivo de evitar la proliferación de burbujas fundadas en la moratoria de los deudores.

Luis Mesina es Secretario General de la Confederación de Trabajadores Bancarios de Chile y Magister en Ciencias Pedagógicas. En la presente entrevista se refiere a la actualidad nacional, a La Polar, la crisis de la Educación, y el salario mínimo, entre otros ámbitos cruciales para los trabajadores y el pueblo.

-¿Qué pasa con el bullado 'drama' de La Polar?

"Aquí no nos encontramos con nada novedoso. Salvo el impacto que ha generado el caso en la opinión pública. Este tipo de hechos, para los trabajadores bancarios, es un fenómeno que hemos constatado en la práctica desde hace mucho tiempo."

-¿Estará acotado a La Polar?

"La Polar es apenas la punta de un iceberg del cual desconocemos su profundidad. Aquí se observa una sobrevaloración que se convierte en una burbuja crediticia que invariablemente tenía que estallar. Y lo que hace es destruir fuerzas productivas, humanidad, trabajo. En La Polar adulteraron flagrantemente, transgrediendo la legislación respecto de la deuda. Números rojos no sólo los hicieron aparecer en azules, sino que 20 o 30 veces superiores a su valor real. Por lo tanto, de esa manera fueron a la Bolsa para aumentar el valor de las acciones; las AFP's con otras acciones compraron esos papeles. Entonces ahí se produce la destrucción de fuerza de trabajo acumulada. Lo que ocurre en La Polar es el riesgo cierto de lo que pasa en el resto de la industria del retailer, de los supermercados, de las principales empresas de venta al detalle. Y esto es un problema sistémico del capitalismo, no una excepción. Por otra parte, los grandes ejecutivos de las empresas reciben papeles que representan una cierta cantidad de dinero, y todos los días se despiertan angustiados, atentos al comportamiento de la Bolsa."

-En un momento los directores de Las Polar dijeron que no sabían lo que ocurría...

"Ello es totalmente falso. Y los trabajadores bancarios lo podemos decir con toda propiedad. Toda la política de las grandes corporaciones financieras está determinada única y exclusivamente por sus directorios, por el gerente general y los gerentes comerciales. De ahí para abajo, la gente no sabe. Sólo esa franja se podría decir que tiene una "responsabilidad limitada"."

-¿Por qué crees que el gobierno de Piñera habla también de estafa en el caso de La Polar y anuncia y adopta medidas punitivas?

"Es simple demagogia. Es lo mismo que ha pasado con los políticos que, como se acerca un proceso electoral, necesitan oportunistamente ponerse coyunturalmente del lado de la gente más débil. Lo mismo ocurrió en la administración Bachelet con el tema de las farmacias. ¿Qué hicieron los gobernantes que siempre acompañaron a la señora Michelle Bachelet para modificar las normas y volverlas más útiles para los ciudadanos? En Europa y Estados Unidos caen presos los grandes directores. En Chile permanecen impunes. Entonces estamos frente a un nuevo show mediático, una mentira más. Los ministros actuales, algunos de los cuales mantuvieron relaciones con los presentes ejecutivos de La Polar, son la expresión más concreta de que aquí es muy difícil que se haga justicia. Por supuesto que la justicia no caerá desde los gobernantes actuales, ni de ningún miembro de la Concertación." (...) (Andrés Figueroa Cornejo) (Responsable de comunicaciones del Movimiento de los Pueblos y los Trabajadores de Chile (MPT-CHILE) (29 de junio de 2011).

Lea más

## Greenpeace revela que actividades de Barrick Gold afectaron los glaciares

La mayor empresa minera transnacional del mundo, presente en 15 países, con 25 proyectos, y un largo historial de violaciones al medio ambiente, es nuevamente blanco de serias críticas en el informe "Barrick: Empresa minera responsable de destruir los glaciares", publicado por Greenpeace ayer (19). De acuerdo con el informe, la acción de la empresa canadiense ya comprometió hasta el 70% de los glaciares en Chile y en Argentina, donde mantiene dos proyectos –Veladero (provincia de San Juan) y Pascua Lama, frontera con Chile.

"El proyecto Pascua Lama incluía el traslado de tres glaciares del lado chileno (Toro 1, Toro 2 y Esperanza), pero dicho plan fue prohibido y se obligó a la empresa a cambiar el proyecto para no intervenirlos. Sin embargo, en un informe técnico del año 2005 se advierte que la superficie de los mismos disminuyó entre un 56% y un 70% por las actividades realizadas por Barrick. En febrero de este año se sancionó a la empresa por continuar afectándolos", se denuncia en el documento.



En las etapas de investigación y explotación minera, la minería afecta a los glaciares por medio de su remoción, construcción de caminos, perforación y uso de explosivos, relevamiento de polvo (que acelera el derretimiento), y por la cobertura de los glaciares con material de descarte, según se dice en el informe.

"Con más de 200 nuevos proyectos mineros en la zona andina central de Argentina (solamente San Juan tiene más de 150), el impacto acumulativo sobre glaciares y ambiente periglacial puede ser catastrófico si antes no se realiza el inventario estipulado por la Ley de Glaciares", se alerta.

Greenpeace llama la atención sobre el hecho de que el 75% del territorio argentino es árido o semiárido, lo que lo tornaría más vulnerable frente a un cambio climático. El caso de la provincia de San Juan es aún más delicado, pues la región de Cuyo, donde está ubicada, depende en gran parte de los deshielos de los Andes, afectados por los proyectos de la Barrick Gold.

A pesar de que la degradación ya ha sido denunciada en otras ocasiones, en noviembre de 2010 un juez suspendió la Ley de Glaciares en la provincia de San Juan, atendiendo a un recurso judicial de la Barrick Gold. El juez alegó que la norma entorpece la minería, trayendo perjuicios económicos.

Con la decisión judicial, se impide que se realice el inventario de los glaciares (previsto por ley) en el área del proyecto de la Barrick Gold, y consecuentemente, que se comprueben los daños de la minería en los glaciares. Para Greenpeace, este recurso judicial "autoincrimina" a la empresa minera.

La organización cita además el informe "Tribunal de la Minería Transnacional: el caso de la Barrick Gold Corporation en América Latina (Chile, Perú y Argentina)", que revela la omisión de la existencia de glaciares en el Estudio de Impacto Ambiental (EIA) de la Barrick Gold en el proyecto de Veladero.

Además de destruir los glaciares, la minería contamina el agua de San Juan. De acuerdo con otro informe citado por Greenpeace, estudiosos constataron aumento de la cantidad de metales pesados como plomo, mercurio, aluminio y arsénico en las fuentes de agua de la provincia, evidenciando contaminación. "(Las muestras) demuestran elevados niveles que exceden los límites permitidos por ley y/o exceden de manera preocupante la línea de base establecida para el ambiente local", destacan.

Para el proyecto de Pascua Lama, cuya extracción comenzará en 2013, la previsión tampoco es nada alentador, con alto nivel de degradación ambiental. "Cada gramo de oro extraído en Pascua Lama precisará remover 4 toneladas de roca, y consumir 380 litros de agua, 43,6 kWh de electricidad (similar al consumo semanal de un hogar argentino medio), 2 litros de gasoil, 1,1 kilogramos de explosivos y 850 gramos de cianuro de sodio", revelan. (Traducción: Daniel Barrantes – barrantes.daniel@gmail.com) (Camila Queiroz) (ADITAL, 30.07.2011)

El informe está disponible aquí: <http://www.greenpeace.org/argentina/es/informes/barrick-responsable>

## Brasil: Movimentos repudiam projetos de mineração

### Movimentos de Minas Gerais repudiam instalação de projetos de mineração

Em manifestação ocorrida no município de Montes Claros, norte do estado brasileiro de Minas Gerais, agricultores, professores, servidores, sindicalistas, membros de ONGs e pastorais sociais declararam repúdio aos "grandes" projetos que o governo pretende desenvolver na região, ligados à produção de gás, construção de barragens e, principalmente, à mineração.

Os manifestantes aproveitaram a presença do governador do Estado, Antonio Anastasia, que esteve no município para anunciar envio de projeto de lei à Assembleia Legislativa, estabelecendo normas para facilitar a atração de investimentos e a instalação de empresas nos municípios da área mineira. Ele também assinou despacho definindo como prioridade governamental a elaboração de um plano regional para os municípios ricos em minerais.

Estão previstos quatro projetos, nos municípios de Grão Mogol, Salinas, Rio Pardo de Minas e Janaúba. As empresas envolvidas são o grupo **Votorantim, Vale do Rio Doce, a Mineração e Transporte Minas (MTransMinas), Mineração Minas Bahia (Miba)**, a empresa **Gema** e a chinesa **Honbridge**.

Segundo o coordenador de equipe do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), Alvaro Carrara, os projetos são apresentados à população como um ótimo negócio, a "salvação" da região. Contudo, não há diálogo com as comunidades que serão atingidas, apenas a imposição dos projetos, que estão em fase de estudo e devem ser implantados em 2012.

"Essa é a grande questão: não há consulta à população. É a mesma coisa que aconteceu na década de 70, quando vieram projetos de monocultura de eucalipto, barragens, tudo com a promessa de emprego e desenvolvimento, e o que se viu foi a exploração, o comprometimento dos recursos naturais, a expulsão das famílias para a cidade, a desestruturação do modo de produção familiar", conta. "Hoje, sem nenhum diálogo, as máquinas já estão chegando, e a população fica só olhando, sem saber quais os métodos dos projetos, quais os impactos", acrescentou.

Para combater a versão desenvolvimentista propagada pelo governo, o Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas, formado por organizações da sociedade civil e movimentos sociais da região, publicou manifesto em que explicita os pontos negativos dos empreendimentos.

Entre os principais, está a questão da água, consumida em grande quantidade pela atividade mineradora e, por isso, pondo em risco o abastecimento da população. A região é caracterizada como semi-árida, portanto, já não dispõe de recursos hídricos abundantes.

"No Norte de MG apenas uma das empresas que querem o minério tem uma outorga preventiva de 30.700 milhões de litros por ano. Quase o que consome a população inteira de Montes Claros. Ainda pretendem implementar minerodutos (consomem muita água) para levar o minério para exportação", esclarece o manifesto.

As doenças também constituem grave ameaça aos moradores da região, uma vez que estudos descobriram a existência de uma grande jazida de arsênio, elemento altamente nocivo à saúde, junto à jazida de ouro. "Onde há exploração de ouro, muitas pessoas são contaminadas pelas diferentes formas de disseminação do arsênio, pela água, pela poeira no ar, e pelo consumo de folhas e frutos que possam ter sido alcançados pela poeira com arsênio, ou pelo consumo de carne de animais ou peixes, que tenham ingerido substâncias com estes elementos", alertam. Como consequência, pessoas adoecem de câncer e bebês nascem com má formação. Não é à toa que, segundo o manifesto, em uma escala de 1 a 6 em potencial poluidor, o Projeto de Mineração Riacho dos Machados Ltda. é classificado como um empreendimento de classe 6, portanto, com alto risco de contaminação.

Nem financeiramente os projetos podem levar vantagens à população. Os ativistas do Fórum denunciam que os impostos pagos pelas mineradoras ficam entre 2 a 3% do faturamento líquido, sendo considerados "irrisórios". Os empregos não são tantos como o governo anuncia e serão ofertados apenas nos 15 meses iniciais de instalação da mina. Sobre isto, o temor da população é o aumento considerável do número de pessoas na região, que deve gerar, como em outras comunidades que receberam projetos mineiros, crescimento da violência e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Depois dos oito anos de exploração mineira previstos no projeto, as empresas controladoras da atividade, a maioria transnacionais, devem ir embora do local, levando os lucros e deixando muitas perdas às comunidades. "De acordo com o estudo do Relatório de Impacto Ambiental (Rima), nesse curto período de tempo a mineradora extrairá cerca de 15 milhões de toneladas de minério aurífero, riqueza inquestionável, sendo que, para isso, produzirá cerca de 144 milhões de toneladas de rejeitos, um lixo que ficará para todos os que permanecerem na região", enfatizam. (Camila Queiroz) (Adital, 15.07.2011)

[Leia o manifesto na íntegra](#)

## FSM: Plan de acción 2011 - 2013

### Federación Sindical Mundial (FSM) - Región América

Plan de acción 2011 - 2013

1. **"Pacto de Atenas"** - Promoción del estudio de su contenido y llamado a la elaboración de planes de acción que aseguren el impulso de sus derivaciones.

Evaluación sistemática de los avances logrados en tales propósitos adoptando las acciones que correspondan. (2012 -2013).

Acceder a resúmenes de sus más sobresalientes aspectos a los efectos de difundirlos por diversas vías. (2011)

Insertar sus derivaciones en nuestros cursos de formación sindical. (2011).

2. **Promoción de tres objetivos estratégicos de lucha en la región** - **Respeto a la libertad sindical:**

Organización y desarrollo de Tribunales Sindicales contra violadores Libertad Sindical: Colombia 2011, Guatemala 2012.

Emisión y amplia difusión de folletos, murales, gráficos conteniendo derechos establecidos en Convenio 87 de la OIT. (2011-2012)

**Impulso a la Negociación Colectiva** - Publicación de "cartilla" acerca de cómo negociar. (2011)

Elaborar y difundir elementos que contribuyan al conocimiento de los derechos contenidos en el Convenio 98 de la OIT. (2011). (...)

3. **La Batalla en las Empresas Transnacionales:** - Estimular la cohesión de las dispersas batallas que se libran en las Empresas Transnacionales (ETN). (2012- 2013). Precisión de al menos una ETN por UIS en la cual concentremos la lucha por defender los derechos laborales y además obtener experiencias a ser extendidas a otras. (Resto del 2011). Propiciar que en un grupo cada vez más creciente de ETN dispongamos de Frentes o Coordinaciones que articulen la lucha clasista en su seno. (2013).

Coordinar vínculos entre UIS y Oficina Regional. (2011 - 2012).

Determinar, en UIS con posibilidades para ello, objetivos básicos por los cuales luchar.

Celebración diversas actividades sectoriales regionales como en el Transporte, la Construcción y la II Conferencia Regional de Trabajadores Agroalimentarios en Brasil. (2012 - 2013).

4. **Lucha de ideas** - Propiciar y difundir los argumentos que de manera atractiva tiendan a persuadir el seguimiento a nuestros ideales. (2011 - 2013).

Promover la visión clasista de la lucha sindical que no solo aspira a encontrar respuesta a las demandas, sino a erradicar las causas que determinan su existencia. (...)

5. **Solidaridad** - Esfuerzo por estar presente en las luchas sindicales acompañando a sus actores.

Promover efectivas acciones de solidaridad que logren movilizar apoyos.

Continuar usando la OIT y otros medios para respaldar luchas.

6. **Formación sindical** - Diseño renovador de nuestro tradicional quehacer en este sentido.

7. **Imagen de la FSM** - Impulso de Plan para la promoción, difusión, organización y desarrollo de acciones derivadas del 16 Congreso.

8. **Iniciativas tendentes a promover ideario FSM en Jóvenes y Mujeres Trabajadoras, en los Migrantes.**

9. **Engarce permanente de la FSM con otras luchas** - En contra de las Bases Militares Yanquis.

Las de los campesinos, de los indígenas, de los cuentapropistas, de los "Sin Tierra", de los sin techo y otros.

10. **Encuentros Sindicales de "Nuestra America"** - Sustento a su desarrollo.

11. **Apoyo a los gobiernos progresistas y a las transformaciones sociales** - Determinar e impulsar acciones que aporten a los esfuerzos integracionistas y antiimperialistas en la región en especial la ALBA y la CEALC.

12: **Actividades, Acciones** - Impulso vigoroso Día de Acción el 3 de Octubre, Aniversario fundación FSM. Encontrar vías para desarrollar campaña continental que impulse iniciativas en tal sentido.

## Brasil: Metalúrgicos alertam para desindustrialização

Metalúrgicos de três centrais sindicais criticaram na tarde desta segunda-feira (25) a política industrial brasileira e a falta de participação dos trabalhadores no Plano de Desenvolvimento de Competitividade. O programa será lançado pelo governo federal em 2 de agosto. Uma resolução elaborada pelos sindicalistas será enviada ao governo federal com a opinião dos trabalhadores sobre o desenvolvimento da política industrial brasileira.

Durante coletiva à imprensa, representantes da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM, vinculada à CUT), Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM, ligada à Força Sindical) e Federação Interestadual dos Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil (FIT Metal, vinculada a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB), mostraram-se preocupados com a qualidade dos empregos no país, o excesso de importações e o conseqüente risco de desindustrialização. "Não queremos virar um país de montadores", relata Mônica Veloso, presidenta da CNTM. "A peça vem pronta e os trabalhadores apertam parafuso. Se for para pensar num país assim, essa não é a política que vamos apoiar."

O presidente da FIT Metal, Marcelino da Rocha, cobrou definições. "Nós não temos uma política industrial definida nem por 30 dias". Segundo o sindicalista, a China possui um plano mais estruturado de criação de empregos. "No Brasil ainda falta", lamenta.

### Resoluções

As entidades sindicais vão propor ao governo federal a criação de um fórum tripartite permanente de discussão – com a participação de representantes do governo, empresários e trabalhadores – para elaborar políticas de fortalecimento da produção nacional e empregos de qualidade. "Nesse processo, os trabalhadores devem estar e ter voz", salientou Mônica.

Um documento com quatro eixos também será enviado à presidenta Dilma Rouseff. Na visão dos metalúrgicos, a política industrial deve contar com a participação dos trabalhadores; promover e ampliar o emprego bem remunerado e de qualidade; defender, estimular e valorizar a produção nacional; e fortalecer e consolidar uma indústria moderna e de qualidade.

No último dia 8, os sindicatos dos Metalúrgicos do ABC (CUT) e de São Paulo (Força Sindical) realizaram manifestação conjunta na rodovia Anchieta, na divisa entre a capital e São Bernardo. A atividade foi organizada para protestar contra o risco de desindustrialização no país, devido, principalmente, ao crescimento das importações. Marcelino da Rocha resume o esforço: "As três centrais são protagonistas no setor metalúrgico, opinião é conjunta e a unidade fortalece". (*Letícia Cruz*) (*Rede Brasil Atual*, 25.07.2011)

## Super Real desindustrializa o Brasil

### Ricardo Patah, presidente nacional da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

A União Geral dos Trabalhadores – UGT, chama a atenção do governo brasileiro a agir com rapidez para defender a indústria nacional e manter nosso mercado de trabalho.

Nosso parque industrial vem sendo atacado pela forte valorização do Real, que torna nossas exportações mais caras em relação à concorrência internacional. O dólar atingiu na segunda, 25 de julho, R\$ 1,542, o menor patamar desde janeiro de 1999. Coincidindo com declarações da presidente Dilma Rousseff, que disse que seu governo descarta medidas mais ousadas para conter a valorização do Real. Se isso realmente acontecer nosso parque industrial corre sério risco e podemos entrar num processo de desindustrialização, com o fechamento de empresas e a perda de milhares de empregos com conseqüências desastrosas para a sociedade brasileira, isso sem contar que, aí sim, a inflação vai entrar nas nossas vidas a galope.

Nossa fragilidade industrial já é uma realidade. Ela foi detectada pelo Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) que avalia a competitividade industrial de 13 nações emergentes. O índice PMI do Brasil caiu dos 50,8 pontos em maio para 49 pontos em junho. O mais baixo indicador desde julho de 2009 e fomos o único, dos 13 países, a apresentar desempenho negativo. Negativo para o parque industrial, negativo para os interesses do país, da sociedade e dos trabalhadores.

Outro ataque vem do aumento da Taxa Selic para 12,5%, que atrai dólar do mundo inteiro que pressiona, ainda mais, o Real, hoje uma das mais valorizadas moedas do mundo, num país onde se paga os maiores juros do mundo para o capital especulativo. Não podemos pagar para vê. São necessárias medidas urgentes contra a desindustrialização e em defesa do emprego.

## Conferencia sectorial de la ICEM censura al sector privado

**Conferencia del Sector de Energía Eléctrica** - Del 12 al 13 de julio, se realizó en Boston, EE.UU. la segunda Conferencia Sindical para el Sector de Energía Eléctrica, con la asistencia de 60 delegados y delegadas internacionales, provenientes de 19 países. El eficiente anfitrión de la Conferencia de la ICEM fue el Utility Workers' Union of America (UWUA), que envió a esta Conferencia a delegados de varias seccionales del sector de energía eléctrica.

Los delegados aprobaron una fuerte declaración de censura contra las tendencias recientes en el sector de la energía, por las cuales se da prioridad al lucro, a expensas del bien común. En la declaración se decía que los sindicatos deben seguir promoviendo políticas energéticas democráticas, señalando lo siguiente: "A consecuencia del aumento de la globalización del sector de la energía eléctrica, se hace necesario una mayor comunicación entre los sindicatos de los países sede de las EMN con los sindicatos de aquellos países que están sujetos a nuevas inversiones por esas empresas." **(Se puede ver aquí el texto completo de las conclusiones de la Conferencia del Sector de Energía Eléctrica de la ICEM)**

Uno de los momentos más interesantes del evento fue la presentación detallada del trabajo que se ha realizado para salvar la planta nuclear de Fukushima Daiichi en Japón después del terremoto y tsunami del 11 de marzo. Miembros de Denryoku Soren, la Federación de Sindicatos de Trabajadores de Industrias Relacionadas con la Energía Eléctrica del Japón, organización afiliada a la ICEM, ofrecieron conmovedoras descripciones del trabajo que habían realizado para enfriar los reactores después de que el tsunami cortara el suministro de energía a la planta productora de electricidad, situada en el noreste del Japón.

Takashi Wakasugi, encargado de políticas del sindicato, que trabaja por la Tokyo Electric Power Co. (TEPCO), dijo que nadie ha fallecido por exposición a la radiación en Fukushima, aunque dos trabajadores jóvenes quedaron atrapados y resultaron víctimas fatales del tsunami en el sótano del edificio de turbinas del 4° reactor. En ese momento dicho reactor estaba cerrado para fines de mantenimiento. Por otro lado, fallecieron fuera de la planta once miembros de Denryoku Soren y otros 180 familiares, y se han destruido más de 6.000 viviendas de miembros del sindicato.

Desde mediados de marzo, el sindicato ha despachado a unos 3.500 voluntarios de Denryoku Soren en misiones de ayuda y rescate. Los sindicalistas japoneses, entre ellos Kiyooki Kotabe y Manabu Sasaki, destacaron el hecho de que esta catástrofe natural también había afectado centrales eléctricas en base a carbón situadas en la Prefectura de Fukushima, incluyendo la central eléctrica de Haramachi, donde fallecieron algunos trabajadores. Sasaki señaló que la energía nuclear constituye menos de un 30% de las fuentes de electricidad del Japón.

Los sindicalistas criticaron a la administración gubernamental actual del Japón por haber culpado a los servicios públicos y a los trabajadores. Señalaron que el gobierno insiste en cobrar indemnización a los servicios afectados, y que ha presentado al Parlamento un proyecto de ley que al final fomentaría despidos de miembros de Denryoku Soren y empeoraría las condiciones de trabajo hasta llegar a un mínimo absoluto.

La Conferencia del Sector de Energía Eléctrica también incluía mesas redondas sobre campañas y sobre el trabajo de las redes, entre éstas la Red de Trabajadores de la Energía Eléctrica de Asia/Pacífico de la ICEM, presentación de Yoshio Sato, Secretario General de la Federación de Afiliadas del Japón (JAF), sobre la Red de Trabajadores de la Energía Nuclear, por David Shier, y una genial ponencia de Job Matsepe del Sindicato Nacional de Mineros (NUM) sobre la recién creada Red de Trabajadores de la Energía del Sur de África.

Con relación a las campañas, hubo presentaciones de Dave Leonardi, Presidente del Local 389 del UWUA sobre la exitosa campaña realizada por la UWUA y la ICEM con el fin de lograr un primer convenio colectivo con la empresa estadounidense Covanta, empresa de transformación de desechos en energía, y sobre las luchas contra la privatización, por David Black del Sindicato de Empleados de Oficina y Profesionales de Canadá (COPE) en British Columbia y por Saffet Asiksou y Huseyn Sonmezoglu del Sindicato de Trabajadores de la Autoridad Turca de Electricidad de Chipre (EI-Sen).

Mike Langford, Presidente de UWUA, también se refirió directamente al "virus" de EE.UU. que poco a poco se está extendiendo por todo el mundo, tanto en los países industrializados como en los que están en vías de desarrollo, enfatizando que los sindicatos deben luchar para unirse contra estas "políticas anti humanas y antisociales". (ICEM InBrief, 18.07.2011)

## Elétricas movimentam R\$ 9 bi em fusões e aquisições no ano

O setor elétrico vive neste ano uma intensa fase de fusões e aquisições. Somente nos primeiros seis meses de 2011, foram realizados dez negócios que movimentaram em torno de R\$ 9 bilhões. O número de operações e os valores transacionados já superam todo o volume de 2010. Para este segundo semestre é esperada uma nova onda de negócios levando em conta as operações já em andamento.

A Eletrobras estuda comprar participação da Energias de Portugal (EDP), a Light estuda entrar na Renova, a GDF Suez e a Duke Energy negociam uma união de ativos na América Latina e a CPFL estuda comprar térmicas do grupo Multiner.

Os grupos estrangeiros, como a EDF anunciou na quarta-feira, têm também mostrado grande interesse no país. "Temos um índice de quase dois celulares por habitante no Brasil e um dos consumos de energia, per capita, mais baixos do mundo", diz a professora de pós-graduação do Instituto de Eletrotécnica da Universidade de São Paulo e membro da Câmara de Comércio Americana, Virgínia Parente. "O consumo de energia vai crescer e os retornos no país são atraentes, principalmente em geração, em que os preços são travados no longo prazo."

Uso político de distribuidoras, boa parte estatal, ainda é entrave na consolidação deste segmento

Na área de distribuição, a consolidação ainda pode levar algum tempo para se concretizar, apesar de a maior aquisição do ano ter acontecido justamente neste setor. Hoje são 64 distribuidoras no país que pertencem a 30 diferentes grupos. O uso político destas empresas de distribuição, que chegam em praticamente todas as residências do país, ainda é considerado um entrave. Boa parte ainda é estatal e os governos estaduais não têm demonstrado interesse em privatizações. As que não são privadas, como as empresas do grupo Neoenergia, enfrentam a questão política enraizada em estados como Pernambuco e Bahia. Os dois sócios da empresa estudam uma separação dos ativos.

A expectativa é que a reestruturação da Neoenergia, em conjunto com a reestruturação da CPFL, ambas com participações relevantes do fundo de pensão Previ, seja o maior negócio do ano. Enquanto isso não acontece, a grande aquisição já anunciada fica por conta de um dos sócios da Neoenergia: o grupo espanhol Iberdrola. A empresa adquiriu a Elektro, em janeiro. Segundo dados da Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (Anbima), a operação chegou a R\$ 4,8 bilhões.

Os negócios se intensificaram no segundo trimestre, principalmente em ativos de geração de energia alternativa. Os anúncios surgiram de toda parte. A CPFL comprou a Siif Energies e fundiu os ativos de renováveis com a Ersa, do Pátria. A estatal do Paraná, a Copel, também comprou eólicas e a Rio Bravo Investimentos anunciou seu primeiro aporte no setor, com uma parceria firmada com a Orteng, que inclui a compra de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs).

O grupo MPX, do empresário Eike Batista, também protagonizou grandes movimentos. O BNDESPar, o Gávea Investimentos e o próprio Eike vão aportar mais de R\$ 1 bilhão na companhia. Além disso, a empresa anunciou recentemente a compra de térmicas do grupo Bertin. Em transmissão, a Cemig continua movimentando o mercado. A empresa comprou em 2009 a Terna, de um grupo italiano e perdeu a Plena Transmissoras para os chineses da State Grid, no ano passado. Mas a empresa voltou à carga e anunciou recentemente a aquisição de participação relevante em sociedades de propósitos específicos, donas de ativos de transmissão, do grupo espanhol Abengoa, por cerca de R\$ 1 bilhão.

Outro negócio que deve ser realizado logo é a venda de 14% de ações da Energias do Brasil, que pertencem à EDP. O grupo português seguirá como majoritário da empresa no Brasil. De qualquer forma, o novo governo português ainda decide sobre a privatização da empresa em Portugal, que interessa à Eletrobras.

Outro grande negócio esperado é o da GDF Suez e Duke Energy. Ontem, o presidente mundial da Duke, Jim Rogers, disse em entrevista à Dow Jones Newswires que não vai vender seus ativos na América Latina. Mas a negociação, em regime de exclusividade, não se trata de compra e venda de ativos e sim de uma união com a Suez, como informou o Valor esta semana. Para a comissão de valores mobiliários americana não foi repassada nenhuma informação oficial. *(Josette Goulart)* *(Valor Econômico, 01.07.2011)*

## Multinacionales y guerra sucia en Colombia

El presidente colombiano, Juan Manuel Santos, andaba todo alborotado en un Consejo de Seguridad en Arauca ocurrido el 20 de junio pues al parecer un pajarito le dijo que una petrolera le había hecho un pago por extorsión a las Farc-EP.(...) Santos, desde luego, se pone bravo solamente cuando las extorsiones o vacunas son hechas por las fuerzas guerrilleras. Según el famoso decreto 002 de las Farc-EP, éstas cobran a las empresas que operen en el territorio que ellas controlen o en el que tengan influencia, un 10% de las ganancias si éstas son superiores al millón de dólares anuales. O sea, estamos hablando de un impuesto de guerra de la insurgencia que las empresas pagan porque les toca, contra su voluntad.

Por el contrario, Santos no dice nada de aquellas multinacionales que, sin necesidad de ser "extorsionadas", han financiado directamente y de buena gana al paramilitarismo. Está bien documentado que empresas multinacionales como la **Chiquita Brands** en la región bananera del Urabá, han utilizado al paramilitarismo desde hace décadas como un mecanismo tanto para "despejar terreno" (desplazar comunidades para acceder a sus tierras o recursos) como para amedrentar a sus trabajadores –y deshacerse de los "elementos" molestos (sindicalistas) si es necesario. Esto ha sido debidamente confesado por el jefe paramilitar Éber Veloza, alias HH, y por el empresario bananero Raúl Hasbún (vaya un alcance de nombres).

El costo de esta estrategia de control paramilitar en beneficio de las multinacionales bananeras es horrendo: entre 1997 y el 2003 se cometieron 62 masacres, se asesinó a 3.000 personas y se desplazó a 60.000 más. Pero también las ganancias generadas fueron astronómicas. Según el analista León Valencia: "La magnitud de esta operación, en la que participaron todas las grandes empresas bananeras lideradas por Chiquita, es monumental. Entre 1997 y 2004 salieron de Colombia 647.706.429 cajas de banano y llegaron a las arcas paramilitares 19. 431.193 dólares."

**Chiquita**, al final, fue condenada por un tribunal norteamericano, el 14 de marzo del 2007, a pagar una ridícula multa de U\$25 millones tras comprobar que esta empresa había aportado directamente, al menos, U\$ 1,7 millones a la banda paramilitar de ultraderecha Autodefensas Unidas de Colombia en el período 1997 a 2004 –esto sin considerar que el 2001 les entregó 3.000 fusiles AK-47 y 5 millones de rondas de municiones.

Pero el caso de Chiquita, aunque sea el más conocido por haber sido demostrado en los tribunales, no es único; existen nutridas denuncias en contra de otras empresas multinacionales por su apoyo al paramilitarismo y por el "presunto" uso de sicarios para asesinar sindicalistas, como ser la Drummond, Dole Food, Del Monte, Oxy, Petrobras, Coca Cola, Nestlé, BHP Billiton, Xstrata, Anglo American plc, Hyundai y la British Petroleum, entre varias otras. Tan extendido se encuentra el vínculo de las empresas multinacionales con el paramilitarismo que bien podría afirmarse que si Santos expulsara a las multinacionales que financian al paramilitarismo, en Colombia no quedaría capitalista alguno.

La violencia (violencia que no es ni en abstracto ni con mayúsculas, sino una violencia de clase muy precisa) es parte normal de los negocios en Colombia. (...) La relación entre riqueza y violencia es aún más evidente cuando vemos lo que ha pasado con la concentración de la tierra en Colombia: para citar cifras recientes, mientras en 1984 un 0,4% de los propietarios controlaba el 31% de la tierra cultivable en Colombia, para el 2003 un 0,4% controlaba un 62%. Este panorama es aún más dramático si hilamos más fino: 3.000 terratenientes controlan el 53% de la tierra según datos de la Universidad Nacional de Colombia. No hay que ser un genio para darse cuenta la relación que existe entre los 5.200.000 de desplazados colombianos (280.000 solamente en el 2010) y la creciente concentración de tierras así como la creciente penetración de agronegocios como la palma africana, el caucho o megaproyectos extractivos, uno de los pilares económicos del gobierno de Santos. Se estima que el paramilitarismo, en cosa de poco más de dos décadas, ha robado más de 6,5 millones de hectáreas, las cuales hoy se encuentran en manos de latifundistas, multinacionales realizando megaproyectos, y de la agroindustria.

Es importante hacer énfasis en este punto, sobre todo cuando una de las premisas machacadas hasta la saciedad por la propaganda del régimen colombiano, es que las guerrillas no son producto de la pobreza colombiana sino su causa. La particularidad del conflicto colombiano es que no ha ocasionado una destrucción de la economía (de hecho, aún en guerra, y con certeza debido a la guerra, el crecimiento económico se espera que supere el 5% en el 2011), sino que la violencia política ha beneficiado enormemente la concentración de riquezas para una ínfima minoría de la sociedad, curiosamente, la que más fuerte vocifera en contra de la "guerrilla". (...) *(José Antonio Gutiérrez D.) (El ciudadano, 09.07.2011)*

## Brasil quer que Mercosul barre importados

O Brasil tenta, há alguns meses, obter a aprovação dos demais países do Mercosul para a possibilidade de sobretaxar produtos importados de fora do bloco em caso de uma invasão do mercado local. A proposta brasileira, feita ao Conselho de Comércio do Mercosul, não obteve respostas e nem despertou muito interesse nos demais sócios, apesar da cobrança feita pela presidente Dilma Rousseff na última Cúpula, em Assunção, em junho.

O governo brasileiro imaginava que a maior resistência viria do Paraguai e Uruguai, mas acreditava que a Argentina poderia apoiar a proposta, já que costuma reclamar do excesso de produtos chineses em seu mercado. No entanto, o governo argentino também não deu mostras, até agora, de interesse no assunto, que deve voltar a ser discutido no encontro entre Dilma e a presidente Cristina Kirchner na visita que esta fará ao Brasil no próximo dia 29. *(Lisandra Paraguassu) (O Estado de S. Paulo, 21.07.2011)*

## OMC: Mercosul tem regime de preferências mais favorável a parceiros

O comércio entre o Brasil e os demais membros do Mercosul se beneficia do regime "mais preferencial" do mundo em relação aos países que estão fora do bloco. Segundo levantamento é da Organização Mundial do Comércio (OMC), publicado em seu relatório anual, as empresas instaladas no Mercosul têm vantagem competitiva superior a 16% sobre aquelas que não integram o grupo.

O Brasil dá margem de preferência a 85% das importações provenientes do Mercosul. No total, 63% dessas importações têm vantagem competitiva de mais de 10%, levando em conta a média ponderada pelas trocas.

A OMC nota que a margem de preferência também é elevada no comércio entre o Brasil e o México, chegando a 14%. Entre México e a União Europeia (UE), essa margem fica em 6,1%, e dentro do Nafta (México, Estados Unidos e Canadá), em 4,5%.

Em 2008, as empresas economizaram US\$ 2,5 bilhões em tarifas no comércio Brasil-Mercosul e US\$ 1,1 bilhão entre Brasil e México. A maior economia ocorreu no Nafta, com US\$ 40,7 bilhões, diante da dimensão do comércio na América do Norte. Entre UE e México, a economia foi de US\$ 3,6 bilhões.

Os acordos comerciais proliferam. Já são mais de 300 e há dezenas em negociação. Apesar do enorme crescimento desses acordos entre regiões e países, ou dentro de regiões, apenas uma pequena fração do comércio mundial, cerca de 15%, recebe de fato acesso preferencial. Vantagem competitiva superior a 2% acontece em menos de 13% do comércio coberto por esses acordos.

A OMC não gosta de acordos regionais ou bilaterais. Na avaliação da entidade, esses acordos estão se tornando mais complexos, mas não ampliam necessariamente o comércio entre seus participantes.

Pascal Lamy, diretor-geral da OMC, argumenta que, primeiro, as tarifas já são baixas globalmente, na média. Além disso, os acordos regionais ou bilaterais são frequentemente "promiscuos", envolvendo múltiplos entendimentos. Assim, o acesso preferencial que um exportador obtém no mercado do parceiro é logo compensado pela presença de outro exportador, também com outro acordo preferencial.

A OMC conclui que os atuais acordos regionais ou bilaterais são menos sobre preferência tarifária e cada vez mais sobre medidas regulatórias, antes consideradas políticas nacionais. Essa mudança ocorre em parte pela maneira como a produção está sendo organizada, com o crescimento de cadeias globais de fornecedores.

"Essas redes precisam de ambiente regulatório que dê mais proteção ao investidor, melhor infraestrutura de serviços, liberdade de movimento dos executivos, proteção de propriedade intelectual, facilitação de comércio, política de concorrência", diz Lamy. *(Assis Moreira) (Valor Econômico, 21.07.2011)*

## EUA estão sendo usados para driblar barreiras do Brasil

O governo não se deixará vencer pela guerra cambial e está de olho nos países exportadores que usam terceiros mercados, inclusive os Estados Unidos, para driblar as barreiras impostas aos produtos que chegam ao Brasil com preços desleais, disse ontem o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Ele demonstrou apreensão em relação ao cenário financeiro global e disse que o crescimento da economia brasileira é sustentável. Reiterou que a defesa comercial é uma prioridade do Executivo, que tomará "medidas importantes nesse campo".

"Até os Estados Unidos estão sendo usados como país de triangulação de exportações para o Brasil. A mercadoria sai de um determinado país, vai para os EUA, muda de etiqueta e vem para o Brasil como se fosse uma mercadoria americana. Talvez por isso os EUA estejam com um superávit comercial em relação ao Brasil", disse na segunda reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social no governo Dilma Rousseff.

"Não vamos deixar a guerra cambial nos derrotar com desvalorizações artificiais das taxas de câmbio de outros países. Estaremos atuando na área de política cambial, estamos intensificando a defesa comercial do país", acrescentou o ministro, que concentrou sua exposição na complexidade do cenário externo atual.

Empresários presentes, no entanto, criticaram, sob a condição do anonimato, a demora do governo em adotar medidas efetivas de defesa comercial. De janeiro a junho deste ano, a balança comercial entre o Brasil e os EUA apresentou um déficit de US\$ 4 bilhões. Houve déficit também negativo em 2010 (US\$ 7,7 bilhões) e 2009 (US\$ 4,4 bilhões). De 2000 a 2008, no entanto, a balança comercial bilateral foi superavitária para o Brasil.

Mantega afirmou que um eventual fracasso do governo de Barack Obama na tentativa de chegar a um acordo com o Congresso para elevar o teto do endividamento do país teria efeitos negativos na economia mundial. "Seria uma grande insensatez se não se conseguisse superar essa situação. Acredito na resolução, mas confesso minha apreensão pelo rumo que as coisas estão tomando. Espero que haja sensatez ao fim desta semana e que a coisa se resolva."

Ele disse ainda que a crise financeira dos países europeus vive nova fase: passou de privada dos bancos para soberana. E ponderou que a conjuntura internacional pode atrapalhar os países em desenvolvimento, mas não a ponto de prejudicar o crescimento das suas economias. Ressaltou, entretanto, que o crescimento da economia nacional se mantém sustentável devido à solidez das contas públicas e o aumento da demanda doméstica. Mantega negou que a economia esteja superaquecida e descartou a existência de uma bolha de crédito no setor imobiliário.

Empresários presentes na reunião reforçaram os apelos por medidas concretas de auxílio à indústria, na medida em que segue o cabo de guerra entre os ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento acerca das desonerações tributárias a serem incluídas no pacote de medidas para elevar a competitividade do produto nacional.

Presidente do Conselho de Administração da Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter afirmou que "já está acontecendo" um processo de desindustrialização no Brasil. Ele ponderou que o país mantém uma cultura de trabalhar com um cenário de falta de divisas e dólares e, por isso, precisa se adaptar à atual conjuntura de maior oferta da moeda americana no mercado doméstico. Ele defendeu, por exemplo, que o governo amplie o uso de mecanismos tributários que contenham o ingresso de capitais.

"Se queremos um país desenvolvido, precisaremos ter uma indústria desenvolvida. Do modo que estamos, estamos prejudicando o desenvolvimento industrial", afirmou Gerdau depois da reunião do Conselho.

O presidente da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, reforçou o coro. Lembrou que a competitividade dos produtos brasileiros vem sendo corroída pelas altas taxas de juros, falta de reformas estruturais e problemas de infraestrutura. "A indústria está passando uma fase muito perigosa", alertou Skaf. *(Fernando Exman) (Valor Econômico, 27.07.2011)*

## Brasil:A dominância financeira

a mídia depende de verbas publicitárias, que vêm do mercado financeiro e os bancos são importantes financiadores de políticos nas campanhas eleitorais, obtendo força nas decisões políticas de seus interesses. Eles têm equipes de economistas em seus quadros e de consultorias para defenderem posições que lhes interessam. O resultado é que são raras as oportunidades de expressão de posições divergentes em relação ao que poderia chamar de pensamento único na economia. O artigo é de Amir Khair.

### Amir Khair

Se existe um problema grave na economia brasileira, ela se chama taxa de juros. Existem duas taxas de juros distintas no Brasil. A Selic, que é a taxa básica de juros definida pelo governo, e a taxa de juros cobrada pelos bancos aos seus clientes (empresas e pessoas).

A diferença entre elas é denominada de spread bancário, considerado o Brasil, em vários estudos internacionais, como tendo o spread mais elevado do mundo há muitos anos. É a principal fonte do lucro dos bancos, sem a interferência do governo, que têm os instrumentos legais para regular esses exageros, o que evidencia a gravidade do problema e sua subserviência ao mercado financeiro.

A Selic é a mais alta do mundo, também há vários anos. Assim, essas duas taxas apresentam a maior aberração e trava macroeconômica, que tem impedido que o Brasil avance na economia de forma saudável, pois as taxas de juros elevam em excesso as despesas do governo, das empresas e dos consumidores e, o que é mais grave, com o apoio da maioria dos economistas, que têm espaço na mídia, defendendo que as taxas de juros têm que ser elevadas para controlar a inflação.

Não é de se estranhar isso, pois a mídia depende de verbas publicitárias, que vêm do mercado financeiro e os bancos são importantes financiadores de políticos nas campanhas eleitorais, obtendo força nas decisões políticas de seus interesses. Eles têm equipes de economistas em seus quadros e de consultorias para defenderem posições que lhes interessam. O resultado é que são raras as oportunidades de expressão de posições divergentes em relação ao que poderia chamar de pensamento único na economia.

O fato é que o Brasil convive com essas taxas de juros, quando países de economia semelhante à nossa têm taxas muito inferiores e com inflação igual ou menor que a nossa.

A principal explicação para essas anomalias é a submissão do governo ao mercado financeiro. A presidente Dilma começou bem, dando a diretriz de redução da Selic até 2014, para 2%, excluída a inflação. É uma meta tímida e demorada, que não vai ajudar a resolver logo essa questão. A meta de 2% é elevada em relação aos níveis dos países emergentes que estão negativas em 0,5% atualmente. Sobre o spread o governo não se pronunciou determinando limites, tendo poder para isso.

O Brasil tem taxa básica de juros real de 6,8%, mais de quatro vezes (!) o segundo colocado em pior posição, que é o Chile com 1,5%. A média dos 40 países da amostra deu negativa de 0,9%.

A Selic é definida pelos diretores do Banco Central, em reuniões a cada seis semanas, no Comitê de Política Monetária (Copom). O Banco Central (BC) consulta semanalmente as instituições do mercado financeiro, divulgando-as no boletim Focus, para saber que estimativas fazem essas instituições sobre a inflação para o ano em curso, os próximos doze meses e para o ano seguinte.

Essas instituições informam a decisão que esperam seja tomada pelo Copom em relação à Selic nas próximas reuniões até o final do ano seguinte.

O Focus é apresentado pela mídia como sendo as previsões do mercado para a inflação, Selic, crescimento econômico, taxa de câmbio e produção industrial. Tem a finalidade de orientar as expectativas dos agentes econômicos. Mas orientar expectativas é de suma importância e, para isso, pressupõe a escolha de uma amostra representativa do mercado. No caso o mercado financeiro representa apenas 7% (!) do mercado, e tem interesse na elevação da Selic.

O problema é que a mídia divulga essas expectativas como sendo do mercado, e com isso acaba orientando os agentes econômicos (empresas e pessoas) em suas decisões sobre inflação, crescimento, etc.

Várias vezes o BC foi questionado por usar uma amostra não representativa das previsões do mercado, mas não mudou, o que é estranho e danoso. Faz o contrário do que é feito internacionalmente pelos bancos centrais e governos que se preocupam com a credibilidade e orientação adequada das expectativas dos agentes econômicos.

Fato mais grave é que o Copom acaba definindo a Selic, que é indicada pelo mercado financeiro em praticamente 100% das vezes, ou seja, só serve para referendar uma Selic elevada. Quanto mais elevada, melhor, pois sai daí parcela importante dos lucros obtidos com prejuízos equivalentes do único devedor da Selic, o governo federal. Esse prejuízo em última instância sai do bolso do contribuinte através dos tributos que paga. >>>>

**Brasil:A dominância financeira (cont.)**

Esse prejuízo atingiu nos últimos doze meses até maio, R\$ 220 bilhões ou 5,7% do PIB, quando no mundo esse custo é de 1,8% do PIB. A perda de 3,9% do PIB (5,7 menos 1,8) é injustificável, pois é possível controlar a inflação nos demais países com taxas básicas de juros bem inferiores às aqui aplicadas. Esse prejuízo será ainda maior até o final deste e do próximo ano, caso o Copom continue seguindo as previsões da Selic do mercado financeiro em suas reuniões. A dívida do setor público irá continuar subindo pelos juros crescentes e pelas injustificadas transferências por parte do Tesouro de novos R\$ 55 bilhões ao BNDES. Esse valor foi obtido com a emissão de novos títulos que pagam juros Selic.

Assim, não sobram recursos para o governo expandir suas atividades nas áreas estratégicas da saúde, educação, assistência social, previdência, segurança pública, habitação, investimentos em equipamentos para a expansão dessas atividades e para a infraestrutura do País.

A gravidade dessa situação é que ela vem de longa data, e já foi pior, pois após o Plano Real, as despesas com juros atingiram a média de 8,6% do PIB no governo FHC (1995 a 2002) e de 6,2% no governo Lula (2003 a 2010). A média dos 16 anos (1995 a 2010) foi de 7,8% (!) Em valores atualizados pelo IPCA os juros atingiram nesses 16 anos R\$ 3,7 trilhões (!) Caso não tivesse trilhado esse caminho suicida, o País seria outro, com situação fiscal equilibrada, e recursos suficientes para reduzir o elevado déficit social e de infraestrutura existente.

A consequência dessa política monetária, com a benção do governo, é que ele fica obrigado a obter resultados primários (receitas menos despesas, exclusive juros) elevados para pagar apenas parte dos juros, resultando em déficits fiscais, que obrigam a emitir mais títulos de dívida. É uma bola de neve crescente para as finanças públicas, que continuará a rolar ladeira abaixo caso não caia rapidamente a Selic.

Com a crise de 2008, os países desenvolvidos emitiram vários trilhões de dólares, euros e ienes para socorrer seus bancos que estavam em situação falimentar e a maior parte dessas emissões com taxas de juros próximas a zero foram em busca de aplicações em outros países que ofertavam taxas de juros mais elevadas, e o Brasil é o preferido dessa dinheirama que vem para cá, lucrando e repatriando esses lucros, que saem do Tesouro Nacional, ou seja, dos contribuintes brasileiros que pagam tributos ao governo federal. Assim, o BC dá de presente aos capitais internacionais quantias elevadas de recursos, que irão faltar para serem usados no País.

Existem outros danos causados pelo BC, pois é ele que detém as reservas internacionais em dólares do País, que já ultrapassaram a US\$ 333 bilhões em maio e continuam subindo com velocidade. Essas reservas custam aos cofres públicos juros equivalentes à Selic e são aplicadas, especialmente, em títulos do Tesouro americano que não rendem praticamente nada e são penalizadas pela queda do dólar face ao real durante todo o período de existência das reservas.

Em 2010 o BC causou um rombo de R\$ 50 bilhões com essa política suicida e, neste ano como as reservas cresceram muito mais do que em 2010, e a Selic média será mais elevada do que em 2010, estima-se que o rombo causado pelo carregamento dessas reservas poderá ultrapassar R\$ 70 bilhões (!). Se continuar elevando essas reservas, sem reduzir a Selic no próximo ano, como prevê o mercado financeiro, esse rombo em 2012 poderá chegar a R\$ 90 bilhões (!)

Mas os danos causados por essa Selic não param por aí. Como dissemos, a dinheirama espalhada pelo mundo pelos países desenvolvidos são atraídos para o Brasil devido à Selic elevada, sem correr riscos e podendo repatriar os lucros rapidamente (alta liquidez). O ganho desses capitais é ainda maior do que só com os juros. Em junho de 2010, cada dólar valia R\$ 1,81 e agora R\$ 1,55 (dia 4/7). Ganham, pois duplamente: nos juros e na valorização do real.

Com a valorização do real, que não para, as importações ficaram mais baratas e substituíram produtos fabricados no País, gerando desempregos aqui e criando empregos lá fora. Os consumidores saem ganhando nessa situação por terem mais escolhas nos produtos, que apresentam qualidade similar ao produzido aqui e com preços inferiores.

As exportações foram, também, prejudicadas, pois ficaram mais caros os produtos fabricados aqui no confronto com os produtos similares de outros países. Mas é importante considerar se o desemprego gerado não irá causar redução do consumo. Já criou rombos nas contas externas desde 2008.

Diante dessas realidades não resta ao governo alternativa se não enfrentar a dominância financeira, que vem travando o desenvolvimento econômico e social do País. Não se trata de problema técnico ou econômico, mas de decisão política e, para isso, é necessário afrontar os interesses impostos pelo mercado financeiro. O governo até agora não demonstrou disposição nesse sentido. (*Carta Maior, 06.07.2011*)

## Brasil lança campanha “Fim aos Paraísos Fiscais”

*Mais de 50 organizações pressionam os líderes do G20 para adotarem medidas para acabar com o sigilo dos paraísos fiscais*

Amanhã, dia 26 de julho, o Brasil lança oficialmente a campanha “Fim aos Paraísos Fiscais”. Mais de 50 organizações em todo mundo, entre elas, o **Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)\***, responsável pela campanha no Brasil, se unem para exigir que os líderes do G20 adotem medidas para requerer que empresas publiquem o lucro verdadeiro que obtêm, principalmente em países em desenvolvimento, e que paguem os impostos devidos, deixando de usar os artifícios que ajudam na sonegação. Parte desses artifícios são justamente o envio do lucro não declarado para paraísos fiscais. Depois que esse dinheiro sai dos paraísos a legalidade não é mais questionada.



Pesquisa do “**Global Financial Integrity**”[i], baseada em Washington-DC, e uma das integrantes da campanha, afirma que “existe uma relação forte entre a sonegação fiscal no mundo e os depósitos nos *offshore* e paraísos fiscais”. Neste último, não há nenhuma transparência e troca de informação, enquanto que nos *offshore* a regulação é baixa ou moderada.

“Nem todo o dinheiro depositado nos paraísos fiscais tem origem ilícita e nem todo o dinheiro sonegado vai para os paraísos fiscais. Justamente por não haver troca de informação entre parte dos países a respeito dos depósitos em contas bancárias não existe um número exato de quanto do dinheiro sonegado no Brasil vai para os paraísos fiscais”, afirma Lucídio Bicalho, assessor político do Inesc.

Porém o fluxo financeiro entre o Brasil e os paraísos fiscais é grande. Segundo dados do **Banco Central do Brasil** o investimento brasileiro direto no exterior divididos em participação em capital e empréstimos intercompanhias em 2007 2008 e 2009 foi, respectivamente, US\$190,2 bilhões, US\$ 204,0 bilhões e US\$ 214,0 bilhões.

Os paraísos fiscais estão entre os destinos preferenciais dos investimentos brasileiros diretos **na forma de participação em capital**. Só em 2009, foram enviados US\$ 18,3 bilhões para as Ilhas Cayman, US\$ 13,3 bilhões para as Ilhas Virgens Britânicas, US\$ 10,2 bilhões para as Bahamas e US\$ 4,3 bilhões para Luxemburgo.

Com relação aos empréstimos intercompanhias que partiram do Brasil, as Ilhas Cayman aparecem no topo entre os destinos. De 2007 a 2009, as Ilhas Cayman receberam 88% do total desse tipo de investimento (28 vezes o que seguiu para os EUA).

### Dados sobre sonegação fiscal no Brasil

Para Lucídio Bicalho, “mensurar a sonegação fiscal no Brasil é importante porque parte deste dinheiro acaba indo para paraísos fiscais e retornando na forma de investimentos legais”.

Em uma pesquisa realizada em 2009, o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário detectou fortes indícios de sonegação fiscal em aproximadamente de 26,84% das empresas pesquisadas[ii]. O estudo apontou que tributos sonegados pelas empresas somavam R\$ 200 bilhões por ano e, somados os tributos sonegados pelas pessoas físicas, a sonegação fiscal no Brasil atingia **9% do Produto Interno Bruto**.

A magnitude dessa sonegação é dada quando se compara o volume da fraude com as despesas públicas com educação no país. Segundo o Ministério da Educação, o gasto público com educação no Brasil corresponde somente a **5% do PIB**. Ainda os R\$ 200 bilhões de impostos sonegados são **14 vezes** maiores do que o valor do orçamento para o programa **Bolsa Família em 2011**”, afirma Lucídio

**Saiba mais sobre a campanha:** a campanha tem o objetivo de recolher o máximo de assinaturas da sociedade para que sejam entregues na reunião do G20 na França, que ocorrerá em novembro deste ano. Até o presente momento somente nove mil pessoas assinaram a campanha. Agora é a vez do Brasil participar e exigir que o G20 coloque o “sigilo dos paraísos fiscais” na agenda da reunião de novembro. Entre no site **Fim aos Paraísos Fiscais** e envie uma mensagem aos líderes mundiais. Assista ao **vídeo da campanha divulgado no Brasil**.

Para acessar Nota Técnica sobre o assunto **clique aqui**

## Colombia: El TLC con Estados Unidos

Ante la eventual aprobación del TLC con Estados Unidos, este repaso del texto del Tratado, de los informes oficiales y de las declaraciones de funcionarios colombianos pone de presente que el TLC no aumentará nuestras exportaciones y traerá graves daños para el medio ambiente, la salud y el sector agropecuario mientras beneficia a Estados Unidos.

Volver a lo esencial

Durante los años de la negociación, 2004 a 2006, el TLC fue un asunto central de la agenda colombiana. Los gremios de la producción, los sindicatos, las fuerzas políticas y los medios fijaron sus posiciones y hubo cientos de estudios, debates, análisis y proyecciones sobre el impacto económico y social del tratado.

Pero hoy en día la discusión no se refiere al contenido ni a los efectos previsibles del TLC sino a las estrategias del gobierno Santos para lograr su aprobación -lo cual deja de lado la cuestión más importante: ¿el TLC es bueno para Colombia? Por eso vale la pena recordar lo que concluyeron los mismos estudios oficiales.

**No exportaremos más.** Uno de esos informes, elaborado por el Departamento Nacional de Planeación (DNP) y publicado en julio de 2003, sostuvo que con el TLC las compras colombianas a Estados Unidos aumentarían 11,92 por ciento, mientras las ventas tan sólo lo harían en 6,44 por ciento.

Otro estudio del Banco de la República de 2006 indicó que las importaciones desde Estados Unidos aumentarían en 1.629 millones de dólares, mientras que las exportaciones colombianas lo harían en tan solo 1.016 millones de dólares.

Y otro estudio realizado para el Ministerio de Agricultura concluyó que no era cierto que el TLC permitiría comprar comida barata: "no hay evidencia que sustente la hipótesis según la cual las reducciones en el precio de la materia prima básica importada se transfieran... al consumidor final".

El ex-ministro Rudolf Hommes comentó: "no han podido entender que el beneficio del comercio proviene más de poder importar que de exportar". Pero fuera de este argumento peregrino, en realidad no existen investigaciones que demuestren que el TLC traerá beneficios para la economía colombiana. Por el contrario, todas llegan a la conclusión de que el tratado beneficia a las multinacionales estadounidenses pero acarrea pérdidas para los trabajadores, productores y consumidores colombianos.

Esta conclusión se sigue del propio texto final del TLC en sus 23 capítulos y más de 1.600 páginas:

-En **materia ambiental**, de gran importancia para Colombia, puesto que es la tercera potencia en biodiversidad del mundo, el TLC indica que los dos países realizarán "todos los esfuerzos razonables" para otorgar patentes sobre plantas y animales. Este capítulo establece que "las políticas comerciales y ambientales se apoyen mutuamente", es decir, de manera que la legislación ambiental no afecte el comercio y que cualquier protección ambiental se catalogue como un obstáculo injustificado al comercio. El TLC allana el camino para expoliar los recursos naturales no renovables, en lo que el gobierno ha llamado la "locomotora minero-energética", que hoy tiene solicitadas en concesión 39 millones de hectáreas del territorio nacional.

-En **materia de salud**, hoy en el ojo del huracán ante el fracaso de la ley 100, el TLC incluye medidas de propiedad intelectual que dejan a más de cinco millones de colombianos por fuera del acceso a medicamentos genéricos [2]. "Datos de prueba", "patente de usos", "linkage", "excepción bolar", "licencias obligatorias", son algunos de los tecnicismos que contiene el TLC y cuya consecuencia será aumentar el precio de los medicamentos en 919 millones de dólares anuales.

El TLC no permite el control de precios, por ejemplo en los medicamentos, como en forma populista ha declarado el presidente Santos. De ejercerse este control, las farmacéuticas demandarían al Estado ante un tribunal de arbitramento internacional, obligando a indemnizarlas por un monto igual o superior a las expectativas de ganancias que tuvieran los inversionistas.

-En **el sector agropecuario**, Estados Unidos no acordó ningún tipo de desmonte de los subsidios a su producción, mientras que Colombia abandonará el sistema andino de franjas de precios, que regula los precios internos de los alimentos; eliminó el mecanismo público de administración de contingentes y cedió la protección arancelaria de todos los productos.

-En minería e hidrocarburos, que representan el 64 por ciento de las ventas totales de Colombia, tampoco se ganó nada pues ya hay libre acceso al mercado estadounidense, aún sin TLC.

Bueno para Estados Unidos

Las evidencias son tan contundentes que incluso funcionarios gubernamentales reconocen que el TLC beneficia solamente a los Estados Unidos. *(Mario Alejandro Valencia -Analista del Centro de Estudios del Trabajo, profesor de economía de la Universidad Central, miembro de la Red Colombiana de Acción Frente al Libre Comercio (Recalca). (Adital, 30.06.2011)*

## **Novedades FES para Multilaterales**

### **Agenda FSR Comunicación**

La **Confederación de Trabajadores y Trabajadoras de las Américas (CSA)** con el apoyo del Proyecto Sindical Regional de la FES realizará el 2 y 3 de agosto en Montevideo el Taller Sindical "Democratización de la Comunicación", continuando con el trabajo sindical regional sobre la temática para elaborar estrategias de comunicación conjuntas, consolidar la Red de Comunicadores Sindicales de las Américas y aportar al debate de la temática de cara al Congreso de la CSA a realizarse en abril de 2012.

### **Agenda FSR Medio Ambiente**

La **Confederación de Trabajadores y Trabajadoras de las Américas (CSA)** junto a sus centrales afiliadas en Perú y con el apoyo del Proyecto Sindical Regional de la FES realizarán el 23 y 24 de agosto en Lima el Seminario Internacional: "Medio Ambiente, Energía y Trabajo", con el objetivo de analizar la temática de cara a la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Desarrollo Sostenible (Rio + 20) y para elaborar un documento para el Congreso de la CSA.

## **Actividades recientes**

### **Seminario Internacional: Medio Ambiente, Energía y Trabajo**

(14-15/07/11)

La CSA junto a la CUT y a la CAT de Chile con el apoyo del Proyecto Sindical Regional de la FES realizaron el Seminario Internacional: Medio Ambiente, Energía y Trabajo con el objetivo de contribuir al proceso de discusiones y definiciones estratégicas sobre los temas de Cambio Climático, Energía y Rio + 20 desde el movimiento sindical. La actividad se realizó el 14 y 15 de julio en Santiago - Chile.

Concurrieron al evento dirigentes de la CSA, de la CUT y de la CAT, junto a expertos internacionales y chilenos. Se analizó el panorama general, los desafíos y oportunidades en cuanto al cambio climático, el medio ambiente y el desarrollo sostenible; luego se presentó la realidad energética de Chile en la región y su conexión con el empleo, el comercio y la integración; más tarde se estudiaron los retos y posibilidades de cara a la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Desarrollo Sostenible (Rio + 20); culminando con la definición de lineamientos para la acción sindical en estos temas.



### **Reunión: Consejo Regional Global Union**

(21/06/11)

La CSA con el apoyo del Proyecto Sindical Regional de la FES realizó la Reunión del Consejo Regional Global Unión con el objetivo de analizar la estrategia conjunta de la CSA y las FSI's en algunos temas y países definidos como prioritarios. La actividad se realizó el 21 de junio en Sao Paulo – Brasil. Concurrieron al evento los principales dirigentes de la CSA y de las Regionales América de las FSI's, junto a algunos expertos y dirigentes nacionales. Se analizó la situación general de la región, así como la realidad particular del trabajo de cada una de las FSI's, incluyendo la interacción y procesos de fusión entre las mismas a nivel regional y global, para luego acordar algunas estrategias conjuntas coordinadas entre las Federaciones, la CSA y las centrales nacionales. Se estudió y acordó la participación del Global Unions en la Campaña "Play Fair. Brasil 2014 – 2016", vinculada al trabajo generado por la realización del campeonato mundial de futbol y de los juegos olímpicos en Brasil.

## **Novedades FES para Multilatinas (cont.)**

### **Reunión: Grupo de Trabajo sobre Transnacionales**

(20-21/06/11)

La CSA con el apoyo del Proyecto Sindical Regional de la FES realizó la Reunión del Grupo de Trabajo sobre Transnacionales (GTTN) con el objetivo de analizar la estrategia del movimiento sindical de las Américas respecto a los procesos de negociación colectiva en el nivel transnacional. La actividad, llamada Taller regional "Estrategia Sindical en Negociación Colectiva. Modelos Comparados America-Europa" se realizó del 20 al 21 de junio en Sao Paulo - Brasil.

Concurrieron al evento: Víctor Báez, Secretario General de la CSA, Rafael Freire, Secretario de Política Económica y Desarrollo Sostenible de la CSA, expertos de la región y de Europa, junto a dirigentes sindicales de las Regionales de América de las FSI´s, así como dirigentes sindicales de centrales nacionales del Cono Sur. Tras la presentación de insumos técnicos referidos a la coyuntura y perspectiva de la negociación colectiva en Europa, América Latina y los países del Cono Sur, se realizaron debates y se trazaron líneas futuras para el trabajo conjunto de CSA, FSI´s y Centrales Nacionales.



Se realizó un homenaje al recientemente fallecido laborista uruguayo **Oscar Ermida Uriarte**, quién asesoraba en forma permanente este Grupo de Trabajo.

### **Seminario Internacional: "Implicancias Sindicales de la Membrecía de la OCDE: el caso de Chile"**

(16-17/06/11)

La CUT de Chile junto a TUAC con el apoyo del Proyecto Sindical Regional de la FES realizaron el Seminario Internacional "Implicancias Sindicales de la Membrecía de la OCDE: el caso de Chile" con el objetivo de analizar la estrategia del movimiento sindical de las Américas respecto a la pertenencia a la OCDE, buscando fortalecer el trabajo sindical en Chile. La actividad se realizó el 16 y 17 de junio en Santiago - Chile. Concurrieron al evento: Jhon Evans Secretario General de TUAC, Arturo Martínez Secretario General de CUT - Chile, representantes del gobierno de Chile, expertos, así como dirigentes sindicales de las Regionales América de las FSI´s, de otros países pertenecientes a la OCDE y de la CUT. Primero se repasó la visión de los diferentes actores chilenos (empresarios, gobierno y trabajadores) sobre el tema; luego Jhon Evans presentó la misión, papel e instrumentos que brinda la OCDE incluyendo los últimos cambios en las Directrices; más tarde se analizaron las implicancias en las políticas laborales del ingreso a la OCDE; repasando luego las experiencias sindicales con los puntos de contacto en América Latina; para terminar analizando el rol del movimiento sindical en la TUAC y el papel de las Directrices de la OCDE.



O **Multi Noticias** é um boletim eletrônico patrocinado **pela FES Sindical Regional** que tem como objetivo fornecer mais elementos de subsídio às organizações sindicais, principalmente as que estão nos países do Cone Sul, sobre as principais atividades e políticas das empresas multinacionais - globais e multilatinas- assim como do movimento sindical.